

FEIJÃO



Pesquisadores, extensionistas e produtores presentes à XXIII Reunião Técnica Anual do Feijão e Outras Leguminosas de Grãos Alimentícios

EM PRATOS LIMPOS

O feijão nosso de cada dia é uma das poucas culturas que conseguiu regredir nestes últimos 50 anos. Perdeu espaços na lavoura e ainda sofre com a falta do crédito, com os preços baixos, com a desorganização do mercado e com a queda na produtividade. A situação da cultura no Estado foi passado a limpo durante a XXIII Reunião Técnica Anual do Feijão e Outras Leguminosas de Grãos Alimentícios — 9 a 12

TRIGO

Não é hora de mudanças

Triticultores se organizam e elaboram documento pedindo manutenção da atual sistemática de comercialização do trigo — 5

MILHO

Programa de incentivo à cultura

Cotrijuí quer aumentar produtividade da lavoura da região através da incorporação da tecnologia recomendada pela pesquisa — 6 e 7

FRIGORÍFICO

Meio caminho andado

Técnicos italianos estiveram em Ijuí para discutir com direção da Cotrijuí anteprojeto do frigorífico a ser financiado via Mediacoop — 4

COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA.



Ijuí — Rua das Chácaras, 1513, Cx. Postal 11
Ijuí/RS - Fone: PABX (055) 332-2400
Telex: 0552199 - Fax: (055) 332-5161
CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCR n° 248/73
CGC. MF 90.726.506/0001-75

Porto Alegre — Av. Júlio de Castilhos, 342
CEP 90030 - Fone (0512) 28-3155 - Telex 5111102 CTXT

Rio Grande — Terminal Granelero - 4ª Seção da Barra -
CEP 96200 - Fone (0432) 32-1122 - Telex 532173 CRTS

Dom Pedrito — BR-293 - Km 237 - CEP 96450 -
Fone (0532) 43-1002 - Telex 532362 CRTS

Campo Grande (MS) — Rua Ceará, 2245 - Vila Célia -
CEP 79040 - Fone (067) 382-5048 - Telex 672247 CRTS

SUBSIDIÁRIAS

— Cotriexport Cia de Comércio Internacional
Av. Júlio de Castilhos, 342 - Porto Alegre - RS - CEP 90030
- Fone (0512) 28-3155 - Telex 5111102 CTXT

— Cotriexport Corretora de Seguros Ltda
Av. Júlio de Castilhos, 342 - Porto Alegre - RS - CEP 90030
- Fone (0512) 21-0809 - Telex 5111102 CTXT

— Cotridata — Processamento de Dados Ltda.
Rua José Hickenbick, 66 - Ijuí - RS - CEP 98700 -
Fone (055) 332-1999 - Telex 553726 CRTS

— Transcooper — Serviços de Transportes Ltda
Rua das Chácaras, 1513 - Ijuí - RS - CEP 98700 -
Fone (055) 332-3065 - Telex 552212 TSCO
Dourados - (MS) - BR-463 - Km 4 - Fone (067) 421-3815
- Telex 674102 TSCO

— IRFA — Instituto Riograndense de Febre Afosa Ltda
Av. Júlio de Castilhos, 342 - Porto Alegre - RS -
CEP 90030 - Fone (055) 332-2690 - Ijuí - RS -
— Hospital Bom Pastor S/A
Av. David José Martins, 1376 - CEP 98700 -
Fone (055) 332-2690 - Ijuí - RS

ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:

Oswaldo Olmiro Meotti

Vice-presidente/Pioneira:

Celso Bolívar Sperotto

Superintendente/Pioneira:

Walter Frantz

Vice-presidente/Dom Pedrito:

Oscar Vicente Silva

Vice-presidente/MS:

Nedy Rodrigues Borges

Superintendente/MS:

Lotário Beckert

Conselho de Administração (Eletivos):

Egon Eickhoff, Jorge Alberto Sperotto, João Santos da Luz, Félix Gotardo, José Ataídes Conceição, José Jorge Rieth de Oliveira, Irani dos Santos Amaral, Deniz Espedito Serafini, Oscar Otto Hoerle, Luiz Carlos Roos, Olívio Moraes, Frederico Antônio Stefanello, Paulino Stralotto, Nilton Vieira de Souza, Leonildo Anor Pötter, Luiz Forcin e Edgar Severo.

Suplentes:

Onorildo Zangirolami, Carlos Leodoni Andrichetto, Arlindo Valk, Egon Carmiel, Jorge Cleiton Gonzales, Hélio Antônio Weber, Jair Castro Rinaldi, Jaime Braz Sperotto, Pedro Guiotto, Sérgio Tesser, Cláudio Pradella, José Edimar do Nascimento, Noé da Silveira Peixoto, Omar Cunegatti, Jorge Verardi Perez, Cândido de Godoy Dias e Florício Barreto.

Conselho Fiscal (Eletivos):

Amário Becker, Valdeci Oli Martinelli e Otalíz de Vargas Montardo

Suplentes:

Ervin Egon Preissler, Ivo José Basso e Alvorí Rosa

Diretores contratados:

Vilmar Hendges e Léo José Goi

LOJAS COTRIJUÍ

Regional Pioneira..... 26

Dom Pedrito..... 3

Mato Grosso do Sul..... 7

Total..... 36

CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM

Regional Pioneira..... 584.800 t

Rio Grande..... 220.000 t

Dom Pedrito..... 91.000 t

Mato Grosso do Sul..... 476.150 t

Total..... 1.371.950 t

COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Associado da ABERJE

HEDAÇÃO

Dária C. L. de Brum Lucchese, editora; Carmem Rejane Pereira; Raul Quevedo, Porto Alegre; Rosane Henn, Campo Grande e Lucilene Zafalon, Rio Grande

REVISOR

Sérgio Corrêa

Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

A situação da cultura do feijão vai de mal a pior neste país de tantos contrastes e que nem mesmo assim fazem o ministro da Agricultura entender porque os brasileiros consomem tanto feijão. Mas o produto não só sumiu da lavoura, como também da mesa do produtor. E, desta vez não é por culpa da pesquisa. Esta, mesmo trabalhando num quase completo anonimato, vem fazendo o que pode, dentro das suas possibilidades e condições. O grande culpado de toda esta história de pouca produção, é o próprio governo que não tem dado, principalmente de uns anos para cá, nenhum incentivo oficial à cultura. Falta uma política de crédito, os preços são baixos e ainda sofrem a intervenção do atravessador, uma praga pior que um ataque do cascudo vaquinha.

Todas estas conclusões e lamúrias foram levantadas durante a XXIII Reunião Técnica Anual do Feijão e Outras Leguminosas de Grãos Alimentícios que, neste ano, além de ter saído pela primeira vez para o interior do Estado, integrou a programação de festividades do Centenário de Ijuí. Na reunião, os pesquisadores, extensionistas e produtores, apesar de chorarem suas mágoas, lavaram as mãos. Mas transformaram a reunião numa espécie de alerta ao governo pela situação da cultura

DO LEITOR

O trigo prejudicado pela integração

O complexo tema da integração da América Latina precisa ser melhor analisado dentro da realidade em que se encontram os países da Aladi, e não sob o impacto de tiradas de uma euforia sonhadora.

Desde 1960, quando se criou a Alalc; logo depois substituída pela Aladi (1980), que um grupo de onze (11) países, liderados pelo Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, no Cone-Sul, procurava, mediante a redução gradativa de barreiras tarifárias, formar uma Zona de Livre Comércio.

O objetivo final perseguido — formação de um Mercado Comum — já era previsto no próprio Tratado da Alalc, o que até hoje, decorridos 30 anos de esforços comuns, não se chegou ao primeiro estágio da integração econômica.

Não se pode desconhecer que se trata de economias em estágio de desenvolvimento muito diversificado, e, em muitos casos, com produções internas mais concorrentes do que complementares — o caso dos produtores agropecuários, exigindo sempre cláusulas de salvaguarda.

De outra parte, mercados internos com medidas protecionistas para permitir a execução de políticas econômicas desenvolvimentistas, no esquema do processo substitutivo de importações.

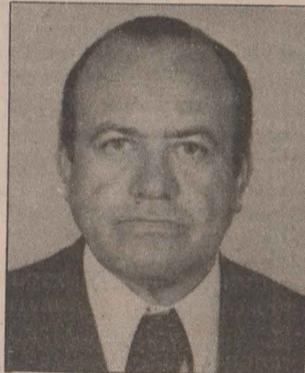
Mais ainda: disparidades de rendas internas, problemas comuns de dívida externa, de balanço de pagamentos, de inflação, de dependência de um reduzido número de produtos primários exportáveis para a formação de divisas.

Todos esses fatores provaram que somente com a eliminação de barreiras tarifárias não se consegue integrar países com elevado número de dificuldades internas que inviabilizam a harmonização de suas políticas econômicas.

O processo integracionista, a partir de 1980, caminhou rumo aos acordos bilaterais de comércio, o

do país. As conclusões da Reunião Técnica Anual do Feijão e as recomendações da pesquisa começam na página 9.

Os produtores nem conseguiram resolver a questão das dívidas de custeio, que ainda anda tirando e tirando muita gente, já andam às voltas com mais um problema. Desta vez é o trigo. Mas nada a ver com a cultura. Esta está para ser colhida daqui alguns meses. O problema é com a comercialização do produto, ameaçado de passar para a rede privada ainda mais. Pior notícia, impossível. E se aprovada, a situação da triticultura que também já anda ruim, pode ficar pior, à mercê do trigo. As discussões em torno do assunto levaram a um documento tirado numa reunião em Curitiba, coordenada pela Fecotriço, entidades ligadas a cultura não só do Rio Grande do Sul e de outras mas também de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, estão colocando a situação da cultura nacional e as consequências de uma possível privatização imediata. Esse documento deverá ser enviado ao ministro da Agricultura e autoridades do Ministério da Fazenda em audiência marcada para o dia 23, em Brasília. A matéria das propostas dos triticultores está na página 5.



... "O Brasil ainda deficitário na produção de trigo se tornará um mercado cativo para o trigo estrangeiro"

que culminou, a partir de 1986, com os protocolos entre o Brasil e Argentina, atualmente em número de 24, visando uma ação conjunta para ampliar e consolidar mercados regionais.

O "slogan" integrar para não desintegrar parecia uma sentença inexpugnável.

Após estas rápidas considerações, para que o tema possa ser melhor compreendido, vamos nos deter em casos concretos, utilizando, como exemplo, os próprios protocolos já firmados entre os dois parceiros mais influentes do Cone-Sul: Brasil e Argentina.

E, para tanto, nos fixemos no protocolo n° 2, através do qual o Brasil se compromete a comprar e a Argentina a vender, inicialmente, pelo prazo de cinco anos, 2.000.000 TM de trigo.

Uma primeira consequência: o Brasil ainda deficitário na produção de trigo se tornará um mercado cativo para o trigo estrangeiro.

Indaga-se, agora, se o Brasil que não é auto-suficiente em trigo, mas produz aproximadamente 80 por cento de suas necessidades, o que irá fazer para que as suas importantes regiões produtoras — no caso especial o Rio Grande do Sul — venham a merecer uma política agrícola capaz de permitir que o produtor continue a investir em

tecnologia para melhorar a produtividade de sua principal lavoura no inverno.

É preciso esclarecer, de vez por todas, que o triticultor que exige uma política para o trigo inclusive que se fixe a função do governo se serve ou não, para essa importante cultura, baseado por um trabalho de pesquisa com resultados admiráveis em geral, não venha a provocar, isto sim, a verdadeira "desintegração" interna entre as regiões produtoras.

Outro problema seria a redução da diferença entre os custos internos para a cultura de grãos, o que coloca a produção nacional em situação desfavorável relativamente à Argentina, onde o custo/hectare é de 117 dólares; nos Estados Unidos 127 e no Brasil 185 dólares.

Não há dúvidas que todos esses fatores precisam ser convenientemente considerados no processo de integração do Cone-Sul, mas não se pode esquecer que esses dois países citados dispõem de políticas de subsídios para as suas produções agrícolas que não mais ocorre no Brasil.

A agricultura, entre as atividades econômicas, é a que enfrenta as mais elevadas taxas de risco, o que é conhecido no mundo inteiro e o exemplo disso é ainda o do Mercado Comum Europeu que tem uma programação específica para a defesa das produções dos países membros, isto sem falar nos Estados Unidos que destina anualmente bilhões de dólares inclusive para subsidiar as suas exportações agrícolas.

Concluindo, dir-se-ia que o problema específico do trigo nacional é daqueles que exige providências imediatas, o mesmo se pode estender à gama de produtos agrícolas do Rio Grande do Sul que não têm condições atuais para competir, sem prejuízos, manter preços baixos e enfrentar um mercado internacionalmente competitivo.

Manuel Luzardo de Almeida é professor universitário e produtor rural

URTAS

AMIGOS DA TERRA

A assembleia geral realizada em 17 de junho, o Clube Amigos da Terra elegeu e empossou a sua diretoria. Euclides Casagrande, presidente do Conselho de Administração, tendo o produtor Waldemar como vice-presidente. Os estatutos 1º e 2º secretários respectivamente, Gilberto Brum e João Antonio, são os tesoureiros. O Clube Amigos da Terra de Ijuí conta com os conselheiros Sandro Costa, Sandro Foletto, Remi Huth, Egon e Gilmar Gilberto Goi.

INTERCÂMBIO



A reunião da Ajoergs com a presença de muitos jornalistas

A Fundação de Economia e Estatística do Estado (FEE), está começando um programa de intercâmbio com a Associação dos Jornalistas de Formosa (Ajoergs), visando a troca de informações entre ambas as entidades especializadas. O convênio, que desde tratado há algum tempo, está sendo tratado durante reunião almoço no Hotel, sendo palestrante do dia a jornalista Wrana Maria Panizzi, da Fundação.

O encontro, que foi presidido pelo jornalista Isnar Camargo Ruas, contou com a presença de 45 associados da Ajoergs. A palestra versou sobre a importância da pesquisa estatística e o elemento auxiliar necessário à administração, seja pública ou

FRIGORÍFICO



Frigorífico de Dom Pedrito parado para manutenção

O frigorífico da Cotrijuí, instalado na Regional de Dom Pedrito, está parado, para fazer manutenção. A manutenção ocorre todos os anos, aproveitando o período de férias coletivas dos funcionários. É o período de manutenção.

Mas a cooperativa está orientando os associados que eventualmente possam estar em condições de peso para fazer a manutenção, que façam as manutenções normalmente. Como os produtores, os abates serão feitos na unidade, por prestação de serviços. Entretanto, aqueles criadores que tiverem necessidade de abater imediatamente, devem aguardar a próxima abate no seu frigorífico. O abate estará melhor equipado.

Cooagri, o nome da nova cooperativa no MS

Com o desmembramento da Regional/MS do Grupo Cotrijuí, uma nova Cooperativa será criada no Estado. Para escolher o nome dessa nova Cooperativa, foi promovido um concurso entre funcionários e associados.

Mais de 800 nomes foram sugeridos e após uma seleção prévia, foi levado à reunião do Conselho Administrativo e Fiscal realizada no mês passado, uma lista com sugestões e onde foi escolhido, através do voto, o nome Cooagri — Cooperativa Agropecuária e Industrial Ltda.

De acordo com as normas estabelecidas no Concurso seria dado como prêmio ao vencedor uma televisão a cores 14 polegadas. Como, no entanto, a votação foi polarizada em torno de dois nomes, Cooagri e Cooapi, a Diretoria e os Conselheiros resolveram dar o mesmo prêmio ao segundo colocado.

Conforme ainda estabelecia o concurso, no caso de vários participantes terem sugerido o mesmo nome, haveria sorteio para a definição do ganhador. Como o nome Cooagri foi sugerido por oito pessoas, procedeu-se o sorteio e o vencedor foi José Apolinário.

No caso do segundo lugar, a sugestão do nome Cooapi foi apresentada apenas por um participante, a funcionária Simone Possas que também ganhou sua TV.

O vencedor do concurso, José Batista Apolinário, é funcionário da Cooperativa há cinco anos e atualmente trabalha no Setor de Insumos em Campo Grande. Ele conta que fez uma lista com 13 sugestões e depois escolheu as melhores, participando do concurso com quatro nomes.

A entrega do prêmio foi feita pela Diretoria da Cooperativa e Apolinário diz que ficou muito feliz, principalmente por ter ganho o concurso com tantos outros concorrentes e também, é claro, pela TV com controle remoto; novinha em folha.

IJUÍ/FORMOSA



Bienvenido Parrereo e Leoncio Alguayo Agilizando a transferência de agricultores gaúchos

Mais perto da integração

“A integração entre Ijuí e Formosa está, agora, mais perto de se concretizar”. A afirmação é do diretor de Comércio Exterior, órgão ligado ao Ministério de Economia da Província argentina de Formosa, Leoncio Alguayo, durante visita que fez a Ijuí no final de junho. Foi justamente a agilização da transferência do agricultor Pedro Guiotto, associado da Cotrijuí em Augusto Pestana, a razão que trouxe até Ijuí o diretor de Comércio e Exterior da Província de Formosa. Pedro Guiotto vem tentando se transferir para Formosa desde o ano passado, mas entraves burocráticos vêm atrapalhando a integração.

“Formosa já está pronta para receber os agricultores interessados em participar do intercâmbio”, disse ainda Alguayo lamentando os empecilhos burocráticos criados pelas autoridades brasileiras. “É lamentável que problemas burocráticos venham atrasando tanto esses entendimentos”, disse ainda, esperando ver o problema solucionado dentro de no máximo 60 dias. A expectativa do agricultor Pedro Guiotto é o de poder plantar soja em solo ar-

gentino ainda neste ano. Para isto, ele já conta com a possibilidade de arrendar cerca de 400 hectares de terra localizados no município de Colorado. O diretor de Comércio Exterior, não descartou, também, a possibilidade de que os agricultores brasileiros sejam beneficiados com linhas de crédito.

Mas a cooperação entre Ijuí e Formosa não ficaria restrita apenas no setor agrícola. Ela também poderá ocorrer nas áreas cultural e energética. Em visita que fez a Unijuí, por exemplo, Alguayo tratou da possibilidade da realização de dois cursos intensivos de línguas: um de língua portuguesa, a ser ministrado por professores da Unijuí em Formosa e outro em Ijuí, da língua castelhana.

Leoncio Alguayo veio a Ijuí acompanhado por Bienvenido Parrereo, também funcionários do Ministério de Economia e pelo pesquisador Eduardo Ocampo, do Instituto de Tecnologia Agropecuária e Experiência de Soja, Inta, de Colorado, que participou da XXIII Reunião Técnica Anual de Feijão e Outras Leguminosas de Grãos Alimentícios.

Seminário para discutir soja em Formosa

As potencialidades da soja em terras argentinas é assunto para um Seminário que acontece no dia 17 próximo, na Cotrijuí. Presentes, além do ministro da Agricultura e Recursos Naturais da Província de Formosa, o agrônomo Borges Roman e dos pesquisadores Eduardo Ocampo, e Rosalino Ortiz, que desenvolvem estudos sobre soja no Instituto de Tecnologia Agropecuária e Experiência em Soja — Inta de Colorado. Também integram a comitiva os pesquisadores Santiago Barbona, da área de solos; Carlos Roy, especialista em forrageiras e Luiz Gnotto, da área de horticultura.

De acordo com Luiz Fernando Konzen, ligado ao Departamento de comunicação e Educação da Cotrijuí, os argentinos vem a Ijuí para discutir com técnicos e produtores da região a viabilidade da introdução da cultura, custos de produção, diversificação na propriedade e a política agrícola oficial da Argentina. Os técnicos argentinos, ligado ao Inta aproveitam o encontro para apresentar os resultados obtidos em canteiros experimentais de soja plantados em quatro diferentes regiões de Formosa, com semente e acompanhamento técnico realizado pelo agrônomo Airton de Jesus, da Cotrijuí. O Seminário, que inicia às 9,00 horas está dentro da proposta dos argentinos levarem agricultores brasileiros e maquinário agrícola, para cultivar soja na região de Formosa.

CITROS

Feaper lidera os recursos

Os produtores associados da Cotrijuí na Regional Pioneira e que encaminham projetos técnicos para a obtenção de crédito para o Programa de Citricultura, podem procurar as agências do Banrisul para assinatura dos contratos. A informação é do coordenador do Projeto na Cotrijuí, o agrônomo João Boaro. A liberação será imediata após a assinatura dos contratos.

Só na área de atuação da Cotrijuí Pioneira, cerca de 200 produtores encaminham seus projetos ao Feaper, com o apoio da Cotrijuí e Emater. Mas a demora na liberação dos recursos — os projetos foram encaminhados em fevereiro —; a alteração feita nos preços das mudas pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento deverá afastar, segundo Boaro, alguns produtores do Programa de Citros, lançado oficialmente no início de julho em Tenente Portela.

De qualquer forma a expectativa da Cotrijuí em relação ao Programa de Citros para a região é de que, ainda neste primeiro ano, seja atingida a meta de distribuir 100 mil mudas aos produtores. A Cotrijuí, pelo seu lado, já antecipou os insumos e a compra das mudas, para, desta forma, assegurar o plantio dentro do prazo determinado.

FRIGORÍFICO

Projeto em discussão

Técnicos italianos estiveram na Cotrijuf detalhando projeto do frigorífico que poderá ser construído na região. O projeto é da Mediacoop, e tem como base uma das mais avançadas tecnologias do mundo



Fábio Lombardini e Giorgio Bordoni
Os técnicos da Mediacoop que vieram conversar com a direção eleita e técnicos da Cotrijuf sobre o projeto do frigorífico

A Cotrijuf poderá ser uma das primeiras instituições brasileiras a receber financiamento do governo italiano para a construção de um frigorífico na região. Essa possibilidade foi confirmada pelo coordenador de Projeto da Mediacoop — Itai Projetti, o engenheiro Giorgio Bordoni, durante visita que fez à Cotrijuf nos dias 9 e 10 de julho.

Giorgio Bordoni veio a Ijuí para conversar com a direção eleita e técnicos da Cotrijuf sobre o projeto, acompanhado pelo consultor da Área Animal da Mediacoop, o médico veterinário Fábio Lombardini. A Mediacoop é uma espécie de confederação que congrega cerca de 22 mil cooperativas italianas e é a instituição que estudou o anteprojeto apresentado, ainda no ano passado, pela Cotrijuf.

A idéia da Cotrijuf de pleitear financiamento para a construção de um frigorífico na região, nasceu no ano passado, depois que o governo brasileiro assinou com o governo italiano um acordo internacional de cooperação. Pelo acordo assinado, o governo italiano está se propondo a financiar projetos de investimentos de cooperativas brasileiras.

Entusiasmada com a possibilidade de ter um projeto incluído no programa de cooperação, a Cotrijuf, através do seu diretor presidente, Oswaldo Olmiro Meotti e do diretor geral do Irfa, Carlos Quintana, levou até a Mediacoop, na Itália, o seu anteprojeto,

baseado nas necessidades da região. Depois de estudar, por quase meio ano as informações enviadas pela cooperativa, a Mediacoop veio até o Brasil para conversar com a direção da Cotrijuf sobre a viabilidade de implantação do frigorífico na região. Para Oswaldo Meotti, o projeto apresentado pelo engenheiro Giorgio Bordoni é amplo, dimensionado em cima de necessidades preliminares estudadas anteriormente pela Cotrijuf. "Eles trouxeram a idéia básica e, em cima deste estudo preliminar, a Cotrijuf terá que se definir, propondo, talvez, algumas pequenas alterações, mas sem qualquer comprometimento", observou.

CAPACIDADE — Giorgio Bordoni adiantou que o anteprojeto apresentado à direção da Cotrijuf indica uma capacidade de abate para 60 mil bovinos, 250 mil suínos e 9,5 milhões de frangos por ano. O técnico preferiu não falar sobre os investimentos necessários para a implantação do frigorífico, "pois eles dependem da conclusão desta primeira fase do projeto e que trata das viabilidades técnicas.

Mas o coordenador da Itai Projetti adiantou que o anteprojeto apresentado pode ser classificado como de vanguarda, podendo, inclusive, ser comparado com indústrias instaladas na Itália. "Queremos montar uma indústria com equipamentos o mais avançado tecnologicamente possível", assegurou Bordoni porque a tecnologia

empregada na Itália é a mais avançada do mundo, caracterizando-se pela qualidade do produto final, pelo respeito às normas sanitárias e pela prevenção de acidentes no trabalho. Pelo projeto, todos os equipamentos, assistência técnica, tecnologia empregada, seriam financiados pelo governo italiano. A aquisição do terreno para instalação do frigorífico, saneamento, água, esgoto, e construção do prédio, ficarão por conta do beneficiário, que no caso é a Cotrijuf.

Todos os estudos realizados, segundo o coordenador da Itai Projetti, levaram em conta exigências em termos ambientais da Europa. "Água pura entra, água pura sai", disse o técnico procurando ressaltar a importância que a Mediacoop dá a questões ambientais. O projeto prevê, também, o uso da informática desde o setor administrativo até o controle de qualidade da produção final. Mas o funcionamento da indústria exigirá, no entanto, o trabalho de cerca de 800 funcionários.

OBJETIVOS — Entre os objetivos que estão sendo levantados pela Cotrijuf para a implantação de um frigorífico na região, Giorgio Bordoni apontou a eliminação do intermediário no processo produtivo. "O projeto está diretamente relacionado com a produção dos agricultores da região, sem passar pelas mãos de intermediários. Através da cooperativa, o associado terá maiores ganhos", disse ainda, admitindo que a

presença da cooperativa no processo industrial servirá como fator de regulação do mercado, evitando flutuações constantes nos preços dos produtos. O técnico apontou ainda a produção de produtos com preços pré-definidos, "promovendo, indubitavelmente, o desenvolvimento zootécnico nas regiões de suínos, bovinos e aves".

CONVERSA COM O MINISTRO — A agilização dos trâmites burocráticos em relação ao convênio assinado entre os dois governos no ano passado, foi a razão principal que levou Giorgio Bordoni e Fábio Lombardini a manter uma audiência com o ministro da Agricultura, Antônio Cabral, em Brasília. Além das promessas de Cabral assegurou que o governo brasileiro deverá fixar, dentro dos próximos 60 dias as normas para importação de equipamentos necessários à instalação do batedouro de aves, suínos e bovinos em Ijuí. A aprovação do financiamento, no entanto, poderá ocorrer ainda no segundo semestre, mas a decisão final sobre a construção do frigorífico, terá que passar, antes de tudo, pela aprovação do quadro social dos associados que darão a palavra final", observou Meotti.

Giorgio Bordoni, que não se comprometeu a cooperativa, disse que existem poucos exemplos de empresas cooperativas "que apresentam a mesma magnitude da Cotrijuf".

TRIGO

É hora de mudanças?

Nilo Fensterselfer

No momento em que o país, na busca de redefinição do papel do Estado, dá acelerados passos no sentido de modernizar sua economia, muitos setores voltam a questionar a ingerência estatal na política tritícola nacional. O posicionamento de todos os segmentos envolvidos, em especial o triticultor, deve ser tomado de forma consciente, sem permitir influências de pessoas que, por interesses próprios e nem sempre os mais patrióticos, só aparecem na grande imprensa quando a história já está contada.

Com o propósito de oferecer subsídios e reflexões, sobretudo por parte da classe produtora, alinhamos algumas considerações sobre a atualíssima discussão.

Até 1984, em razão da atividade absorver pouca tecnologia e baixo nível de utilização de insumos, o país produzia ao redor de 2 milhões t/ano de trigo. Na época, a tutela governamental passava praticamente despercebida. Apenas produtores, suas cooperativas, técnicos da área e entidades de pesquisa conheciam e valorizavam o importante papel desempenhado pelo governo através do Banco do Brasil.

A pesquisa agrônômica, aliás, que nos últimos anos vem oferecendo significativos resultados, principalmente na criação de cultivares de grande potencialidade produtiva, propor-

cionou condições para a viabilização de notáveis ganhos em produtividade. Com a transferência desses conhecimentos para o meio produtivo, através da assistência técnica amarrada ao crédito rural, desencadeou-se, a partir de 1985, um processo de incorporação e sedimentação da tecnologia. A triticultura nacional passou a colher resultados expressivos como raramente se verificou em qualquer outra cultura no país. Enquanto na última década os grandes produtores mundiais de trigo mostraram estabilidade em termos de produtividade, passamos de inexpressivos 806 Kg/ha obtidos no período 1975/84 para 1.659 Kg/ha em 1985/89. Pode-se prever hoje, sem otimismo exagerado, que a marca de 3.000 Kg/ha, já ultrapassada por mais de uma centena de produtores, possa ser o nosso rendimento médio até 1995.

O nosso progresso já possibilita rendimentos idênticos aos de tradicionais países exportadores, como Canadá e Argentina. Em dois ou três anos poderemos estar ombreados aos Estados Unidos, que em 1989/90 produziu 2.500 Kg/ha, em média.

Todos nós que vivenciamos o árduo caminho percorrido sabemos que o monopólio estatal de comercialização foi o grande avalista, via garantia de preços e mercado, do desenvolvimento da cultura. Através da compra estatal fortaleceram-se as cooperativas e ex-

pandiu-se a lavoura de soja, hoje um dos principais produtos da nossa pauta de exportações.

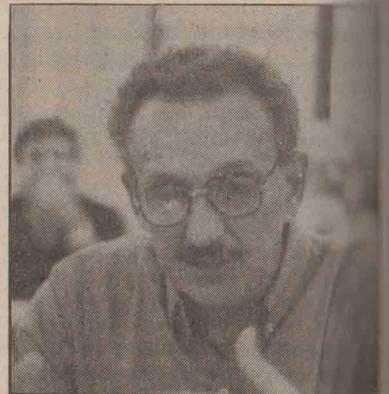
Na maioria dos países, sobretudo os que importam ou exportam trigo, existe, em maior ou menor escala, ingerência estatal na atividade, pela estratégica importância do cereal na economia mundial.

Os países exportadores adquirem o produto de seus triticultores a preços compensadores e muitas vezes o exportam a preços subsidiados, por força de interesses econômicos maiores ditados pela política de relacionamento externo global. Isso quer dizer, em outras palavras, que o mercado internacional é repleto de forças a impedir que preços reflitam custos, produzindo preços propositalmente deficitários a nível de exportador e artificialmente atrativos a nível de importador. É simples entender, assim, que a triticultura de um país emergente, como o Brasil, pode ser facilmente contida, pondo a perder um longo trabalho de pesquisa e de investimentos na área de produção.

Quando se discute trigo, faz-se mister intervincular produção, comercialização, industrialização e consumo. Por essa razão, entendemos que cabem mudanças na nossa política e que devemos caminhar para uma economia de mercado. Mesmo assim, não precisaríamos arriscar na "mesa de jogo", numa única jogada, os extraordinários ganhos obtidos com tanto esforço.

Não acreditamos que não haja mais espaço para a atividade regulada do Estado, nem que a nossa triticultura, apesar dos avanços, já esteja parada para o livre enfrentamento ao mercado internacional.

Arriscando sugerir que não há bate amplo, com assento à mesa, verdadeiros segmentos envolvidos, não vá preceder quaisquer mudanças que possam vir a ser adotadas. Temos pretensão de dizer que em termos de triticultura nacional já decolamos e temos ousadas pretensões. Por esse contestável motivo fica evidente que ou nos seguramos agora, ou teremos certamente mais um país misturado com grandes exportadores mundiais: o Brasil.



Nilo Fensterselfer
Diretor do Ctrin/
Banco do Brasil

TRIGO

Perigo à vista

Triticultores não desejam a privatização para esta safra e elaboram documento que deverá ser entregue ao Ministro da Agricultura, em audiência marcada para o próximo dia 23

certo que vem trazendo apreensão aos produtores", diz ainda o assessor da presidência da Fecotrig, não aceitando a possibilidade de que o novo processo de comercialização seja decidido, mais uma

vez, de cima para baixo. Garante que os tricultores admitem discutir a questão, só que eles não desejam que a privatização aconteça nesta safra, "porque o produtor plantou de uma forma, mas

agora está preocupado com o rumo a ser dado à comercialização do produto. "Ele não sabe em que condições irá comercializar e receber o pagamento da sua produção", observa.

Envolto num vôo cego, mesmo na lavoura continua dando o que faz e não é para menos tanta preocupação e falatório. Ronco a cultura, uma ameaça à privatização ainda para esta safra. Como ninguém quer ser pego de surpresa, tricultores e representantes do setor preferiram sair à luta, antes que seja tarde demais.

A posição do Rio Grande do Sul sobre o assunto em questão foi tirada numa reunião realizada no dia 10 de maio e que teve a participação de Fecotrig, Fetag, Secretaria de Agricultura, Emater, Conselho Nacional do Trigo/Associação de Passo Fundo, Banco do Brasil, Ministério da Agricultura, Grupo de Estudos, Ocergs e Farsul. Da reunião saiu um documento enviado a Curitiba, no Paraná, para uma outra reunião onde estiveram presentes, além de Paulo Roberto da Silva, assessor da presidência da Fecotrig, o representante da Associação dos Produtores de Trigo do Rio Grande do Sul, representantes de Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Nesta reunião, realizada na sede da Ocepar, sob a coordenação da Fecotrig, foram unificadas as propostas tiradas no Rio Grande do Sul e anexadas, além de mais três, em documento a ser entregue ao Ministro da Agricultura, Antônio Carlos em audiência marcada para o próximo dia 23.

PROPOSTAS — Os tricultores estão reivindicando a manutenção do atual sistema de produção para a safra que está na lavoura. Qualquer mudança na atual sistemática, só deverá ser implantada a partir da safra/91, após a aprovação das propostas com as entidades representativas dos tricultores.

No documento eles pedem ainda uma revisão no atual preço de aquisição do trigo com base nos estudos do Grupo de Trabalho do Trigo Nacional; a exclusão da comercialização do trigo de consumo e a garantia de alocação de recursos para a safra do trigo da safra a ser iniciada nos próximos meses, com pagamento à vista.

PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES — Há muito tempo o assunto privatização do trigo não é mais nenhuma novidade, "só que não podemos permitir que as regras do jogo sejam mudadas em plena safra através de uma medida impositiva do governo", observa Paulo Roberto da Silva lembrando-se as notícias exageradas dando conta de que o governo estaria pensando em uma sistemática de comercialização do trigo ainda nesta

Mais uma vez, segundo Paulo Roberto, a tricultura vai entrar num vôo cego. É justamente este futuro in-



COOPERATIVISMO.

A BASE DA DEMOCRACIA.

O Cooperativismo é uma ação de democracia. As cooperativas trabalham no campo para que a sociedade não viva numa economia de guerra. Geram recursos para que todos tornem suas terras mais produtivas: dando incentivo ao produtor e garantindo uma mesa farta para todo mundo. Cooperativismo. Quanto mais cresce, mais faz crescer a produção.

7 DE JULHO-DIA INTERNACIONAL DO COOPERATIVISMO.



Mais atenção à lavoura

Cotrijuf implanta programa de milho na região, buscando, via incorporação da tecnologia recomendada, aumentar a produtividade.

A falta de opções para viabilizar a prática de rotação de culturas também no verão e de alternativas para a soja, estão levando a Cotrijuf a repensar a sua postura em relação a cultura do milho na região. Somam-se a estas questões, a necessidade de aumentar a produção buscando atender, não apenas a necessidade de absorção do produto pela Cerealista e Fábrica de Rações, mas também pelo desenvolvimento de programas na área animal que utilizam o milho de forma intensiva. "Todas estas necessidades vão implicar em maior consumo de milho na região", diz o engenheiro agrônomo Adão Acosta, Supervisor de Produção de Sementes da Cotrijuf.

É claro que, além da necessidade de aumentar a área de milho na região, o produtor terá, obrigatoriamente, que optar pela incorporação da tecnologia recomendada "e que não se resume apenas no uso de insumos", observa Acosta, para quem também se faz necessário um ajuste dos materiais utilizados quanto a ciclo — que deve ser mais curto — e qualidade de grãos.

PROGRAMA — Essa nova postura em relação a cultura, a ser tomada pela Cotrijuf já nesta safra, vai começar pela implantação, na Regional Pioneira, de um programa de milho que tem o objetivo de analisar o desempenho de materiais híbridos e populações. O programa será coordenado pelos engenheiros agrônomos Luiz Volney de Mattos Viau e Mário Fossati e vai constar de cinco materiais híbridos e que correspondem às expectativas da cooperati-

va.

Estes materiais deverão ser analisados em diferentes condições ambientais em toda a região de atuação da Cotrijuf na Pioneira. As áreas demonstrativas vão ser utilizadas, também, como difusoras, seja através de dias-de-campo ou simples visitas, das tecnologias sugeridas pelo departamento técnico da Cotrijuf "e que são importantes para as lavouras da região", destaca Acosta.

No total, serão 40 lavouras demonstrativas de milho — cinco em cada Unidade da Cotrijuf —, com área mínima de um hectare "e onde será feita uma série de procedimentos semelhantes", diz Acosta. Esses procedimentos vão desde a população de plantas, passando pela adubação, por época e sistema de plantio, "para que possam ser feitas várias determinações que não se resumem apenas ao rendimento da lavoura".

A Cotrijuf espera, através da implantação do programa de milho, contribuir para que realmente ocorra um aumento na área e na produção de milho da região. "Só depois de atingir estes objetivos, avisa o agrônomo, a Cotrijuf terá condições de implantar uma proposta adequada de produção em escala e oferecer aos produtores uma infra-estrutura de recebimento". Caso contrário, os produtores vão continuar tratando o milho de diferentes maneiras, disseminando vários tipos de materiais. "O que se quer, na verdade, conclui Acosta, é organizar a produção de milho na região".

A lavoura de milho na região Padrão técnico precisa ser alterado



CTC

Resultados alcançados

O Centro de Treinamento da Cotrijuf vem conduzindo trabalhos com milho desde 1978, "buscando testar cultivares adaptadas para o plantio na região", assinala o engenheiro agrônomo Luiz Volney de Mattos Viau, coordenador de Pesquisa da Cotrijuf e responsável pelo CTC. Os resultados alcançados em quase 12 anos de trabalho permite, hoje, que a Cotrijuf possa recomendar aos seus associados, o plantio das melhores cultivares que existem no mercado e que apresentam alto potencial de rendimento de grãos.

A falta de tecnologia empregada nas lavouras de milho da região têm levantado sérias preocupações ao departamento técnico da Cotrijuf e não deixam de ser, segundo o pesquisador, uma decorrência da ausência de uma visão empresarial em relação a cultura. "Na realidade o que acontece, observa Volney, é que a lavoura de milho tem sido basicamente de subsistência, como evidencia a própria produtividade que atualmente vem sendo obtida na região. Os pouco mais de 2.630 quilos por hectare, alcançados na última safra, na região, são uma prova desta constatação e do papel que a cultura assume a nível de propriedade. "A nossa preocupação, hoje, é mostrar ao produtor que podemos produzir mais de 10 toneladas por hectare", diz o pesquisador, considerando para o caso, a necessidade do uso da tecnologia

recomendada pela pesquisa. **MUDANÇA DE PADRÃO** — Mas uma boa produtividade não se alcança apenas com o uso de boas sementes. É preciso levar em consideração uma série de cuidados "para que esta semente de boa qualidade tenha condições de manifestar toda a sua potencialidade de produção", avisa Volney, levantando, por outro lado, a necessidade de uma mudança no padrão técnico das lavouras da região. Essa mudança projetada pelo departamento técnico da Cotrijuf, com o aval da pesquisa, vai implicar numa série de atitudes em relação a cultura, que precisam ser tomadas pelo produtor. A área escolhida para o plantio do milho, "de preferência onde no ano anterior havia leguminosas", é de fundamental importância.

Outra recomendação: o número de plantas por hectare deve ficar de acordo com a recomendação. Uma lavoura bem adubada, mas com menos de 50 mil plantas por hectare, compromete o rendimento. "O produtor, avisa ainda o Volney, precisa observar a densidade recomendada pela pesquisa". A questão da fertilidade do solo é outra questão importante para que essa mudança ocorra de forma integral. A lavoura deve ser implantada em cima de solo bem corrigido, com as adubações conforme manda a recomendação, tanto de base como de nitrogênio em cobertura.

ENSAIO ESTADUAL DE MILHO PRECOZE CONDUZIDO NO CTC NA SAFRA 1989

Cultivares	Florescimento (Dias)	Rendimento Grãos (Kg/ha)
XL 560	64	7.463
G 32-S	64	6.745
XL 520	64	6.579
P 3230 (T)	64	6.312
G 5555 (T)	74	6.195
AG 122	65	6.127
HO 21	64	6.118
G 74-C	67	6.067
AG 129	63	6.030
C 505	65	5.784
AG 112	64	5.704
Conti. 322 (T)	69	5.673
AG 120	66	5.559
AGN 2010	67	5.474
C-425	66	5.373
BR 202	62	5.303
AG 110	66	5.251
CEP 871	68	5.058
C 701	65	4.976
AG 127	66	4.974
A 1250	64	4.864
G 85-C	67	4.700
AGN 2012	68	4.609
BR 201	69	4.600
AGN 2001 (T)	70	4.584
SAUE 349 (T)	62	4.569
AG 104	65	4.540
Empasc 152 (T)	69	4.330
AG 113 (T)	63	4.262
AG 303	67	4.146
CEP 304	69	4.071
GC 874	71	4.006
XB.6018	62	3.572
Média	66	5.261

(T) = Testemunha

ENSAIO ESTADUAL DE MILHO NORMAL CONDUZIDO NO CTC NA SAFRA 1989

Cultivares	Florescimento (Dias)	Rendimento de Grãos (Kg/ha)
XL 604	66	7.549
GO 1049	74	7.243
P 3232	64	7.169
P 3210 (T)	62	7.141
AG 6601	67	6.945
AG 212	65	6.788
G 60-S	68	6.730
XL 678 (T)	66	6.649
G 5888	69	6.333
AG 106	71	2.207
SAUE 469 (TXUP373)	64	6.196
XL 603	69	6.094
SAUE 342A (T)	65	6.062
G 5775 (T)	72	5.927
CMS 39	65	5.912
C 484-A	64	5.842
XB 7018	68	5.794
Conti 533	70	5.743
G 88-C	70	5.567
AG 28-C (T)	66	5.502
AG 302A	66	5.290
AG 6641	65	5.259
A 1340 (T)	66	5.157
AGN 1022	75	5.019
AG 403-B	68	4.470
AGN 1030	74	4.091
Média	68	6.026

(T) = Testemunha

Os gastos de plantio

Um hectare de milho vai custar aos bolsos do produtor a quantia de Cr\$ 23.629,59

O trigo ainda está na lavoura, em pleno desenvolvimento, mas já está mais do que na hora de pensar na lavoura de milho da próxima safra de verão. A programação deve começar pela definição da área a ser plantada, passando pelos insumos a serem utilizados, pela tecnologia a ser adotada — ver matéria página ao lado — e pelo levantamento dos custos. Este é, na verdade, um dos pontos mais cruciais, considerando que o dinheiro anda caro e escasso, sujeito, inclusive, segundo ameaças do próprio governo, a nem existir para a safra de verão. De qualquer forma o milho é uma cultura tradicional e que, mesmo sem alcançar os rendimentos esperados, tem a sua importância na economia regional.

Um hectare de milho vai custar ao produtor, nesta safra, Cr\$ 14.737,08, ou o equivalente a 305,71 BTN's. O

custo por saco, neste caso, fica em Cr\$ 254,08. Este valor tem como base apenas os custos variáveis que são as despesas com máquinas e equipamentos — conservação, reparos e combustível —; construções — conservação e reparos —; insumos — sementes, fertilizantes e agrotóxicos —; transporte; Proagro, entre outros. O levantamento de custo para implantação de um hectare de milho foi feito pelo analista de Custos Agropecuários da Cotrijuf, o Luis Juliani e tem como base preços levantados durante o mês de julho.

Para determinar as despesas exatas que o produtor terá com o plantio de um hectare de milho, o Juliani considerou, além de uma produtividade de 3.480 quilos por hectare, o uso de 18 quilos de sementes; 200 quilos de adubo da fórmula 5-20-20; 50 quilos de uréia para adubação em cobertura e herbicida sufi-

ciente para ser aplicado em 50 por cento da área.

A inclusão nos custos de produção, dos gastos considerados fixos — máquinas e implementos (depreciação e seguro); construções (depreciações); ITR; mão-de-obra; entre outros — elevam em 60,3 por cento as despesas. Em vez dos Cr\$ 14.737,08 o produtor passa a gastar Cr\$ 23.629,59 na implantação de um hectare de milho. Esse valor equivale a 490,18 BTN's. O custo de um saco de produto vai parar em Cr\$ 407,41 a 8,45 BTN's.

O custo por saco está diretamente relacionado com a produtividade obtida com a cultura por hectare. Se em lugar de colher 3.480 quilos por hectare, o produtor colher apenas 3.000 quilos, o custo por saco se eleva para Cr\$ 472,42, o equivalente a 9,8 BTN's. Uma produtividade de

DEMONSTRATIVO DO CUSTO DE PRODUÇÃO DA CULTURA DO MILHO SAFRA 90/91				
CUSTOS	Cr\$/ha		Custo/saco	
	Julho/90	BTN	Cr\$	BTN
1. VARIÁVEIS				
1.1 Máquinas e implem.				
— Conservação e reparos	1.537,28	31,89	26,50	0,55
— Combustível	898,07	18,63	15,48	0,32
1.2 Construções				
— Conservação e reparos	133,53	2,77	2,30	0,05
1.3 Insumos				
— Sementes	1.620,00	33,60	27,93	0,58
— Fertilizantes	5.180,50	107,47	89,32	1,85
— Agrotóxicos	2.288,81	47,48	39,46	0,82
1.4 Transporte	1.017,62	21,11	17,55	0,36
1.5 Iapas	422,76	8,77	7,29	0,15
1.6 Financeiro	1.468,83	30,47	25,32	0,53
1.7 Proagro	169,68	3,52	2,93	0,06
SUB-TOTAL	14.737,08	305,71	254,08	5,27
2. FIXOS				
2.1 Máquinas e implem.				
— Depreciação	1.630,00	33,83	28,12	0,58
— Seguro	140,28	2,91	2,42	0,05
2.2 Construções				
— Depreciação	81,47	1,69	1,40	0,03
2.3 ITR	108,94	2,26	1,88	0,04
2.4 Mão-de-obra	2.276,76	47,23	39,25	0,82
2.5 Outros				
— Remuneração da terra	826,25	17,14	14,25	0,30
— Custo Oportunidade	94,48	1,96	1,63	0,03
2.6 Melhoramento do solo	3.733,53	77,45	64,38	1,33
SUB-TOTAL	8.892,51	184,17	153,33	3,18
TOTAL	23.629,59	490,18	407,41	8,45
Custos de produção com produtividade:				
3.480 Kg/ha = 8,45 BTN's				
3.000 Kg/ha = 9,80 BTN's				
2.500 Kg/ha = 11,76 BTN's				
2.000 Kg/ha = 14,71 BTN's				

2.500 quilos por hectare vai elevar esse custo para Cr\$ 566,90 — 11,76 BTN's, e de

2.000 quilos por hectare para Cr\$ 709,11, ou o equivalente a 14,71 BTN's.

Quanto maior a produtividade, melhor

O milho é uma das plantas mais eficientes na utilização da energia solar captada pelas folhas e transformada em compostos orgânicos como os carboidratos que serão utilizados pelas folhas, raízes, colmo e grãos das plantas. A afirmação é dos agrônomos da Cotrijuf, Luiz Volney de Mattos Viau e Mário Fossati, responsáveis pelo Programa de Milho da cooperativa a ser implantado ainda nesta safra de verão. O crescimento e o rendimento de grãos de um híbrido é determinado por fatores genéticos, ambientais e pela interação de ambos, concluem ainda.

Por esta razão, tornam-se importantes proporcionar à lavoura de milho ótimas condições para a obtenção de altos rendimentos. "É de grande importância conhecer alguns aspectos fisiológicos da planta para podermos entender suas reações com o ambiente, diz o engenheiro agrônomo Volney Viau, referindo-se as respostas às práticas que são empregadas no cultivo do milho.

PRODUTIVIDADE — A produtividade do milho, segundo os agrônomos é definida pela multiplicação dos componentes de rendimento e que se resumem no número de plantas por hectare; no número de espigas por planta; no número de fileiras por espigas; no número de grãos por fileira e no peso do grão. Cada um destes componentes tem um valor máximo que vai contribuir na elaboração do rendimento de grãos do milho.

Mas assim como o número de plantas por hectare é importantíssimo na definição da produtividade, a temperatura e a umidade do solo no momento do plantio vão interferir na emergência das plantas. "Se há deficiência de calor, como pode acontecer na semeadura do cedo, os plantios mais rasos são favorecidos pelas melhores temperaturas do solo próximas da superfície", observa Volney Viau. Semeaduras mais profundas são mais adequadas para plantio do tarde, "uma vez que nesta época não há limitações de temperatura e a umi-

dade é mais uniforme nas camadas mais profundas".

Os primeiros componentes responsáveis pelo rendimento da planta só começam a ser formados a partir do momento em que a planta tiver de 6 a 8 folhas. "É neste estágio, observa Volney Viau, que se define o número de fileiras de grãos que a espiga produzirá. A primeira adubação nitrogenada em cobertura também é feita neste período.

O número de grãos por fileira, a ser produzido pela espiga, será definido no estágio em que a planta atingir de 12 a 15 folhas. Deficiência da umidade e de nutrientes, que possam ocorrer nesta fase, vão influir diretamente na redução do número total de grãos a serem produzidos bem

como no tamanho dos mesmos. Ao atingir 17 folhas, começam a se desenvolver as raízes de apoio, que ajudam a sustentar a planta e auxiliam na busca de nutrientes nas camadas superiores do solo.

Os estádios reprodutivos da planta são mais afetados por condições climáticas, "transformando-se desta forma, em períodos críticos para a cultura", destaca Mário Fossati, da Cotrijuf na Unidade de Augusto Pestana. A ocorrência de deficiência hídrica, neste estágio, compromete seriamente a produção.

Entre 15 e 20 dias após o aparecimento dos cabelos das espigas, os grãos aparecem na forma leitosa. Eles param de crescer nesta fase e a sua expansão ocorre devido ao acúmulo de amido. A radiação solar é muito importante neste

estádio, porque proporciona incremento no peso do grão.

De acordo com o pesquisador Volney Viau, a obtenção da produtividade esperada na lavoura de milho deve ser encarada como uma "fábrica", onde todas as etapas são decisivas para a elaboração do produto final, no caso o grão de milho. Por esta razão, na implantação de uma lavoura de milho devem ser considerados todos estes aspectos e, fundamentalmente, híbrido ou a variedade, conforme mostram as tabelas — com dados do CTC — publicadas nesta página. "Não adianta pegar qualquer material e sair plantando, pois o manejo correto da implantação e a escolha do material são fatores de redução de custos", avisa Mário Fossati.

ENSAIO DE POPULAÇÃO DE MILHO CONDUZIDO NO CTC NA SAFRA 1989

Nº	População	Florescimento (Dias)	Rendimento de Grãos (Kg/ha)
01	AG 61A (T)	68	5.317
2	AG 3611 (T)	66	4.818
3	XL 540 (T)	66	4.403
4	Empasc 152	71	3.709
05	C. 484 (T)	70	3.630
6	CMS 5202	68	3.483
7	Empasc 151	66	3.480
8	CTC 26	67	3.256
9	CTC 24	68	3.125
10	CTC 28	75	3.023
1	CTC 32	69	2.667
2	CTC 30	67	2.648
3	CTC 27	72	2.371
4	CTC 25	72	2.217
15	CTC 29	71	2.171
6	CTC 33	70	2.157
7	CTC 34	75	2.047
18	CTC 31	62	1.942
Média			3.137

GALPÕES DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO

+ ECONÔMICOS

+ DURÁVEIS

+ RESISTENTES



Indústria dos pré-moldados EDIZA Distrito Industrial de Ijuí

EMPREGOS:

- Indústrias
- Depósitos
- Pavilhões sociais
- Pavilhões rurais ideal para
- Confinamento de animais
- Depósito de produtos químicos
- Garagens
- Oficinas

EDIZA

ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO INDUSTRIALIZADA
Rua 15 de Novembro, 491 - Ijuí em frente ao Fórum
Tel.: (055) 332-2383 Ramal 4

Eng. Civil Roberto Fengler

Sustentado por uma coligação de cinco partidos — PDS/PFL/PRN/PL/PSC, o candidato Nélson Marchezan está convicto que vai se eleger governador do Estado. Nas suas propostas de governo, coloca a questão da necessidade de um estado mais desenvolvido, com mais escolas, mais saúde, mais segurança pública, mais estradas, melhores salários e mais empregos

Propostas para governar o Estado

Após longo período de recesso da vida pública, tendo desempenhado diversos cargos e missões especiais para vários governos durante o período do regime militar, o ex-deputado Nélson Marchezan é lançado candidato ao governo do Rio Grande do Sul, à frente de um conglomerado de cinco partidos. A sustentação do candidato é feita pelo PDS — seu próprio partido — mais o PFL/PRN/PL/PSC, que formam a denominada União por um novo Rio Grande.

Ao conceder entrevista para o "Cotrijornal", em seu escritório central em Porto Alegre, à rua Uruguai, 240 — 6º andar, o candidato começou por apresentar um resumo biográfico de si mesmo. Disse Nélson Marchezan:

"Sou filho de agricultores. Nasci em Santa Maria e me criei trabalhando no interior do município, pois, desde cedo, tive que trabalhar para estudar. Me tornei, por concurso, funcionário do Banco do Brasil. Na política, comecei por vereador, por onde, creio, todo o político deveria iniciar. No período seguinte me elegi deputado estadual. Fui secretário do Trabalho e Ação Social, onde desenvolvi um trabalho profundamente humano. A seguir, me elegi deputado federal, tendo sido reeleito por duas vezes, e cheguei à presidência da Câmara, sendo o primeiro parlamentar gaúcho a ocupar o honroso cargo.

Agora, tive meu nome homologado candidato a governador do meu Estado. Aceitei, motivado pela vontade de prestar mais esse serviço. No governo, irei trabalhar, com profunda dedicação e honestidade, botando os corruptos na cadeia, higienizando a máquina estatal e trabalhando em prol do desenvolvimento geral da comunidade".

PROPOSTA DE GOVERNO — Ao relacionar o que pretende realizar, se eleito governador dos gaúchos, Marche-

chan demonstrou elevada dose de otimismo. Disse querer mais crescimento, mais desenvolvimento organizado, mais escolas, mais saúde, mais segurança pública, mais estradas, mais telefones, mais solidariedade humana; melhores salários, melhor defesa do produtor, melhores empregos aos trabalhadores. Fará a defesa intransigente do setor primário da economia, "visto que esse setor é instrumento de defesa social. E adotará a aplicação de uma política de melhor distribuição de renda, que, até aqui, tem penalizado com maior rigor os que já têm menos".

Marchezan fez questão de ressaltar que em todas as atividades políticas ou administrativas que desempenhou, foi sempre um lutador, um brigador pela produção e o progresso, defendendo sempre o desenvolvimento do nosso Estado.

Recordou a época em que foi presidente da Comissão para o Escoamento de Serras, que redundou no Plano Rodoviário Nacional, a luta enfrentada pela Cotrijun no final da década de 60, para escoar a produção de seus associados. Citou a reforma dos vagões graneleiros da Rede Ferroviária Federal, que inclusive — disse — teve o mérito de chamar a atenção das autoridades, para a frágil estrutura dos transportes de carga do país.

POLÍTICA AGRÍCOLA — Outra meta que promete ser prioritária em seu governo, é a agricultura. Visando o grande salto que pretendemos dar, enfatizou Marchezan, vamos partir para a defesa, intransigente, de fixação de uma política agrícola. Desde os primeiros dias de minha administração, promete o candidato, estarei junto ao governo federal reivindicando essa prioridade, ao mesmo tempo que vou colocar o governo do Estado a serviço dos produtores rurais. Com nosso governo no Palácio Piratini eles terão al-

guém bem identificado com suas causas e dificuldades, para dialogar e buscar soluções, em busca de progresso.

REFORMA AGRÁRIA — Eu também sou favorável a uma reforma agrária. É preciso proporcionar condições de acesso à terra aos que querem produzir. Sou favorável à solução dos problemas dos sem terra. Essa desagradável tensão, ocasionada pela existência dos acampamentos, deve encontrar um desfecho satisfatório, diz o candidato.

"Embora eu seja contrário às invasões de propriedades — por entender que esse caminho não leva à solução do grave problema — tenho a convicção de que precisamos encontrar uma solução que seja madura, concreta e de objetividade".

Talvez possamos encontrar a solução para esse problema reagrupando os sem terra em áreas de minifúndio. E nesse processo, eu acho que as cooperativas e os sindicatos poderão ter papel fundamental. Acho mesmo que não se fará uma reforma agrária ideal se faltar a participação e a ajuda dessas entidades. É preciso usar a experiência de setores que já estão identificados com a problemática agrária.

UMA SOCIEDADE FORTE — Precisamos lutar para tornar a sociedade forte. E forte desde o setor primário da economia até os demais segmentos, pois uma sociedade ou é forte no conjunto, no todo, ou então é fraca. Um país é como um edifício, em sua estrutura. Se a base for frágil, todo

o restante do edifício correrá perigo de ruir. Isso vem ocorrendo com nosso país. Pouco vai adiantar termos uma economia secundária ou terciária modernas, se o setor primário não receber do poder público, um tratamento adequado.

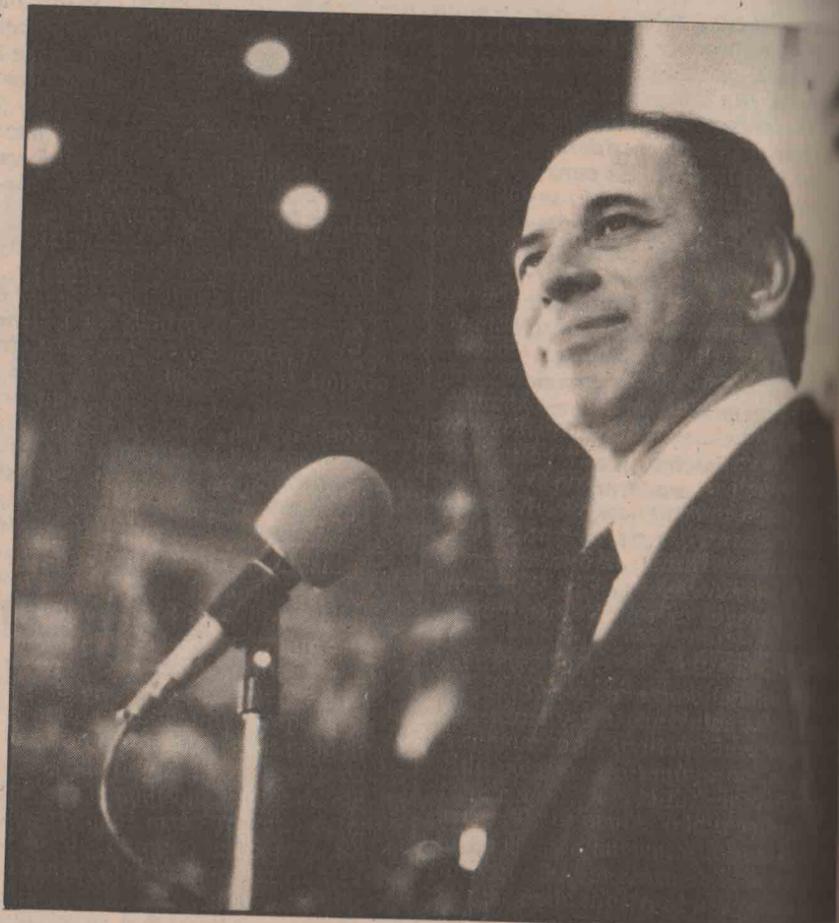
Em seguida, Marchezan confessa estar inconformado com certas coisas que acontecem no Rio Grande. Ele critica o desânimo, o comodismo, que afirma ser um dos responsáveis pelo baixo crescimento econômico do Estado. E promete, se eleito, inverter essa situação.

CONVOCAÇÃO AOS GAÚCHOS — Vamos convocar o Rio Grande para o grande salto. Vamos entusiasmar o povo, vamos recuperar o tempo perdido. Ele quer que o futuro seja olhado com olhos de

entusiasmo, com visão de vencedor.

Diz que nasceu e criou-se na democracia cristã. Por isso, é um perfeito humanista que milita na social democracia. Acredita que a ação do poder público deva ser orientada para o social. Defende a livre iniciativa, mas diz rejeitar a idéia, tipicamente capitalista, do quem pode mais chora mais. Mas também rejeita a idéia do homem a serviço do Estado.

São esses os princípios que me movem, assegura Nélson Marchezan. E finalizou a entrevista dizendo que sua proposta é de união por um novo Rio Grande, que será mais próspero e mais feliz, caso tenha a merecer a confiança do povo, elegendo-se governador.



O candidato a governo do Estado Nélson Marchezan em defesa do desenvolvimento do Rio Grande do Sul

**FOLHA DE PAGAMENTOS,
DESCONTO DE DUPLICATAS
E CAPITAL DE GIRO**

VENHA ABRIR NOSSAS TORNEIRAS



O BANRISUL ABRIU TRÊS NOVAS LINHAS DE CRÉDITO PARA SUA EMPRESA. VOCÊ FINANCIAMENTO FOLHA DE PAGAMENTOS E PAGA EM 30 DIAS. DESCONTA DUPLICATAS E PAGA EM 45 DIAS. FAZ FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E TEM 30, 60 E 90 DIAS PARA PAGAR. FALE COM O SEU GERENTE E FAÇA MAIS UM BOM NEGÓCIO COM O BANRISUL.

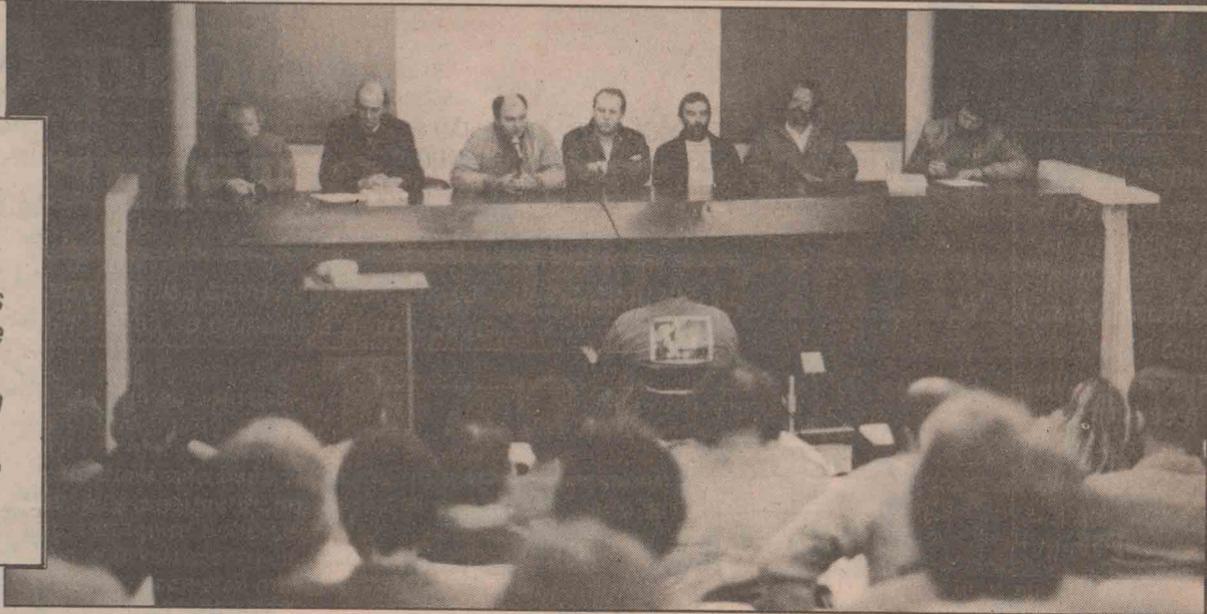
NOVOS PRODUTOS PARA NOVOS TEMPOS

banrisul

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

FEIJÃO

A XXIII Reunião Técnica Anual do Feijão e Outras Leguminosas de Grãos Alimentícios trouxe a Ijuí, dentro das festividades de seu Centenário, pesquisadores, extensionistas e produtores de todo o Estado. Foram três dias de debate que começaram com muitas críticas ao governo pelo seu descaso em relação a um produto que deveria fazer parte da alimentação básica da população, mas que vai de mal a pior por falta de incentivos oficiais



Na solenidade de abertura, a presença de Maria Elizabeth Burin, do Ipagro; de Miguel Bresolin, representante do Secretário da Agricultura... de Walter Frantz, presidente da Comissão de Agropecuária do Centenário de Ijuí; de Valdir Heck, prefeito municipal; de Telmo Uriarte, Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão da Unijuí; de Aloisio Sartorato, Coordenador do PNP e de Roberto Carbonera, pesquisador do CTC

Esse primo pobre

Críticas e frustração. Esse foi o tom dos painéis de abertura da XXIII Reunião Técnica Anual do Feijão e Outras Leguminosas de Grãos Alimentícios que neste ano aconteceu em Ijuí, a primeira realizada no interior do Estado. As primeiras críticas partiram do coordenador do Grupo Pró-Feijão do Estado, o médico veterinário Carlos Henrique Cogo e tiveram um só endosso: o governo estadual. Ao criticar a ausência de técnicos da Secretaria da Agricultura "que mais uma vez fugiram da responsabilidade", Cogo estava se referindo ao descaso do governo em conter a sonegação de impostos que corre solta sobre o feijão, trazendo sérios prejuízos tanto para os produtores como para os consumidores.

"Mais uma vez, ressaltou o representante do Mercado da extinta Companhia de Financiamento à Produção — a Sonegação —, estamos reunidos para ensinar 'o povo Nosso' aos vigários. Vamos continuar batendo numa tecla muito conhecida de todos os presentes", observou ainda, mostrando-se frustrado com a ausência de representantes do governo para discutir questões sérias e que envolvem a comercialização do feijão no Estado. A crítica do analista não ficou ligada à toa. Atualmente, segundo levantamento, 80 por cento das 150 mil toneladas de produtos produzidos no Rio Grande do Sul não pagam qualquer tipo de imposto. "A sonegação é prejudicial a qualquer processo produtivo", lamentou.

CONTRA A MARÉ — Mas as críticas dos ganhadores presentes a XXIII Reunião Técnica Anual do Feijão não ficaram restritas apenas ao aspecto comercialização. O feijão é uma cultura que há muito tempo vem remando contra a maré e não é de graça que hoje ostenta o título de cultura marginalizada. A pesquisa, dentro das suas possibilidades, com pouco ou quase nada de recursos oficiais, tem feito o que pode. "A falta de incentivo e a disponibilidade de tecnologia que existem atualmente são suficientes para que possamos atingir ótimos níveis de produtividade e colocar o feijão dentro do sistema de produção", afirmou o diretor do Instituto de Pesquisas Agronômicas — Ipagro —, o pesquisador Miguel Bresolin, representando o Secretário de Agricultura e Abastecimento, Marcos Palombini, na solenidade de abertura.

Ao garantir que não é a tecnologia a responsável pelo grau de atraso

da cultura no Estado, Bresolin citou como exemplo prático a própria Reunião Técnica Anual do Feijão. "Ela representa um testemunho de que o feijão, mesmo marginalizado pelos mecanismos oficiais, teve pesquisadores, extensionistas, técnicos e produtores que continuaram trabalhando na busca de informações e de tecnologia que possibilitassem o aperfeiçoamento do sistema de produção em desenvolvimento no Estado".

Nesse anonimato, o feijão perdeu espaços não apenas na lavoura, mas também na mesa do consumidor e nos balcões dos mercados. A produtividade anda por volta dos 500/550 quilos por hectare — na década de 30 já se falava em 700 quilos por hectare —; os preços começaram a despencar, se distanciando dos custos de produção — os preços mínimos estão 50 por cento mais baixos que os praticados na safra 80/81 —; o consumo está em queda e os recursos oficiais, se comparados com os destinados a outras culturas, estão cada vez mais magros.

FORTIFICAR — Mas a XXIII Reunião Técnica Anual do Feijão e Outras Leguminosas de Grãos Alimentícios não serviu apenas para que os pesquisadores, técnicos e produtores chorassem suas mágoas por tantos descasos em relação a um produto que deveria estar, todos os dias, sobre a mesa do brasileiro. "Essa reunião, na verdade, observa Roberto Carbonera, pesquisador do Centro de Treinamento da Cotrijuí e um dos coordenadores da XXIII Reunião Técnica Anual do Feijão, serviu para fortalecer o grupo de pesquisadores do Estado que atualmente trabalha com a cultura. Todas as discussões levantadas foram assumidas por todos os presentes à reunião, disse ainda Carbonera, assegurando que todas as instituições envolvidas com a pesquisa do feijão estão conscientes dos problemas enfrentados pela cultura e que vão desde a média de produtividade, "muito baixa", à falta de um preço mínimo compensador até a redução da participação do Rio Grande do Sul na produção de feijão a nível nacional.

Mas não é só a cultura do feijão que tem sobrevivido aos trancos e barrancos neste país em que exportar é a prioridade. A própria pesquisa amargou, por quase duas décadas, um total anonimato, só sobrevivendo graças à boa vontade de alguns pesquisadores

que sempre tiveram o feijão como um alimento básico necessário à mesa do consumidor brasileiro. "A pesquisa só andou graças ao esforço individual de alguns pesquisadores", reforça o pesquisador do CTC. Mas recursos para que a pesquisa andasse só começaram a aparecer no final da década de 80, mais ou menos no mesmo período em que foi criada a Comissão Estadual da Pesquisa do Feijão, envolvendo diversas instituições de pesquisa.

Para os pesquisadores, no entanto, valeu o sacrifício de trabalhar tanto tempo no anonimato. Garantem que os conhecimentos gerados são, hoje, suficientes para assegurar um aumento da produtividade média do feijão no Estado, "embora os produtores continuem esbarrando na falta de uma política agrícola que contemple a cultura com preços mínimos compensadores", reconhece Carbonera. Mas os pesquisadores vão mais longe ainda e dizem que essa mesma tecnologia pode, inclusive levar o feijão a ocupar áreas maiores e mais nobres dentro da propriedade. Variedades de porte mais elevado e que facilitam a colheita mecanizada e a disponibilidade de sementes de boa qualidade deixam não só os pesquisadores, mas também os produtores mais otimistas em relação ao futuro da lavoura de feijão no Estado. "O feijão, arrisca o pesquisador do CTC, até em função do que vem ocorrendo com a soja, pode se transformar numa alternativa com grandes possibilidades de oferecer um melhor retorno econômico aos produtores".

UM ALERTA — A conscientização de que há necessidade de se fazer um trabalho integrado entre a pesquisa, a extensão e os órgãos governamentais foi, segundo a coordenadora do Programa de Feijão do Ipagro e da Comissão Estadual de Pesquisa, a bióloga Maria Elizabeth Burin o saldo tirado dessa XXIII Reunião Técnica Anual do Feijão. "E todas as discussões que foram levantadas aqui, não deixa de ser um alerta, um chamamento ao governo para os problemas que existem em relação a cultura do feijão no Estado".

O Rio Grande do Sul tem cerca de 200 mil pequenos produtores de feijão que cultivam, em média, um hectare de feijão por ano. "É realmente uma cultura sem força política", reconhece a bióloga para quem o feijão não agrega o envolvimento de grandes grupos. Entende, no entanto, que o produtor só

se sentirá incentivado a investir em tecnologia, em atender as recomendações da pesquisa, no momento em que tiver algum retorno econômico.

O próprio Carbonera reforça essa afirmação da pesquisadora, lembrando que na região, área de atuação da Cotrijuí, os produtores continuam plantando feijão com baixa tecnologia, utilizando, na maioria das vezes, sementes disponíveis na propriedade e que possuem um potencial de rendimento limitado. A média alcançada na região tem ficado ao redor dos 630 quilos por hectare. Ano passado, por exemplo, a cultura sofreu as consequências de um período de estiagem no florescimento da planta. Essa situação refletiu diretamente no rendimento final da lavoura, já que a maioria das cultivares têm período de florescimento muito curto, em torno de 15 dias. Para evitar estes prejuízos, além de incentivar a adoção das tecnologias recomendadas pela pesquisa, como plantio de sementes de qualidade; uso de inoculante na semente; do plantio dentro da época recomendada e o controle de invasoras e insetos, a Cotrijuí está montando um programa de irrigação, com algumas áreas demonstrativas.

CENTENÁRIO DE IJUÍ — A XXIII Reunião Técnica Anual do Feijão e Outras Leguminosas de Grãos Alimentícios aconteceu nos dias 26, 27 e 28 de junho e fez parte dos eventos que integram as festividades do Centenário do município de Ijuí. A coordenação da Reunião, que teve a presença de quase 100 participantes, esteve a cargo do pesquisador do Centro de Treinamento da Cotrijuí, o agrônomo Roberto Carbonera; do engenheiro agrônomo Adão Acosta, Supervisor de Produção de Sementes da Cotrijuí; da engenheira agrônoma Sandra Vicenci Fernandes, professora do curso de Agronomia da Unijuí e da bióloga e coordenadora do programa de Feijão do Ipagro e da Comissão Estadual de Pesquisa do Feijão, a bióloga Maria Elizabeth Burin.

Além das instituições promotoras, participaram da Reunião representantes das universidades federais do Rio Grande do Sul, de Santa Maria e de Pelotas; da Universidade de Passo Fundo, da Empasc, de Santa Catarina; do Instituto de Tecnologia Agropecuária e Experiência em Soja, de El Colorado, Argentina; da Emater, da Esalq de Piracicaba, São Paulo; Fecotrig e outras cooperativas.



A XVIII REUNIÃO TÉCNICA ANUAL DO FEIJÃO E OUTRAS LEGUMINOSAS DE GRÃOS ALIMENTÍCIOS

- Diferimento do ICMS
- Preço Mínimo plurianual
- Reorganização do mercado
- Mercado menos estatizado

PRODUÇÃO

Em falta na mesa do consumidor

O deslocamento da cultura do feijão para áreas menos privilegiadas, a preferência por outras culturas como o arroz e a soja nas áreas de fronteira agrícola incorporadas nos últimos anos; a característica de cultura de alto risco e a desordenada e excessiva intervenção do governo no mercado. Estes foram alguns dos motivos apontados pelo coordenador do Grupo Pró-Feijão, Carlos Henrique Cogo, como responsáveis pelo atual quadro de instabilidade da oferta e de redução na produtividade média da cultura.

Para Cogo não existe oferta de produção no país, apenas oscilações. O Brasil já produziu três milhões de toneladas, mas hoje não produz mais do que 1,7 milhão "sem nenhuma tendência de aumento da produção, a exemplo do que vinha ocorrendo até 1972/1973". Garantiu, durante sua palestra, que o que se pode observar é uma estabilização da produção com tendência a queda.

Mas se a produção vai de mal a pior, a situação do consumo não fica para trás. Em 1967, ele chegou ao redor dos 30 quilos por pessoa, "mas hoje está nos 15 quilos". Uma característica peculiar que acontece no mercado do feijão, segundo o analista da CFP, é que a demanda tende a se ajustar à procura "e não é isso que normalmente deveria ocorrer". Responsabiliza por esta situação inversa, o intervencionismo do governo no mercado mantendo os preços reais do produto estáveis às custas de tabelamentos, vendas de estoques reguladores a preços inferiores aos custos de produção. Soma-se ainda as importações "quase sempre ocorridas em momentos inoportunos e feitas a preços relativamente baixos para suplementar a oferta interna".

A SITUAÇÃO DO CONSUMO — O consumo médio per capita mundial anda hoje por volta de três quilos/ano, mas na América Latina ele chega a 13 quilos/anos "numa demonstração clara de que os países desenvolvidos consomem menos feijão que os países subdesenvolvidos". A Nicarágua é o país da América Latina que mais consome feijão: 20 quilos/ano/pessoa. Em seguida aparece o Brasil com 15 quilos e a Guatemala e o Paraguai com cerca de 14 quilos/ano por pessoa.

Para o coordenador do Grupo Pró-Feijão do Estado, o alto consumo, per capita, de feijão no Brasil e demais países subdesenvolvidos da América Latina tem muito a ver com o alto valor calórico e protéico do produto. Mostrando dados levantados pelo Endef/Fibge, Cogo disse que o feijão ocupa o segundo lugar na ordem de importância dos grãos alimentícios mais consumidos pelas classes de renda até 0,2 salários mínimos por pessoa em termos de aporte calóri-

co e o primeiro lugar em termos de aporte protéico. E aponta como causas da redução no consumo, a queda do nível de renda da classe assalariada e o aumento na concentração de renda, acompanhadas do processo de urbanização da população. Sendo assim, mesmo que os preços dos produtos tenham se mantido estáveis nestes últimos anos, o elevado custo unitário do feijão, se comparado com o custo de outros produtos, como o arroz e a farinha de mandioca, tem contribuído para essa queda que vem acontecendo em termos de consumo", ressalta.

Para reverter esse quadro de estagnação, tanto da produção como do consumo, Cogo sugere a adoção de uma estratégia global, capaz de atingir todos os segmentos da cultura, "desde a pesquisa até o mercado". Criticou as dificuldades encontradas na transferência da tecnologia aplicada aos pequenos produtores, "uma decorrência da falta de organização do processo de repasse dos resultados obtidos pela pesquisa aos profissionais da extensão rural, aliado a um desinteresse do produtor em investir em uma cultura que não oferece uma boa rentabilidade". Acredita que um incremento do rendimento médio e a expan-



A XXIII Reunião Técnica Anual do Feijão e Outras Leguminosas de Grãos Alimentícios. Na primeira reunião realizada fora de Porto Alegre, a presença de quase 100 participantes.

são da cultura, passando a ocupar áreas mais nobres, passa, antes de tudo, pela pesquisa e pela extensão rural, dando ênfase a viabilização da mecanização da cultura e à irrigação, "sem evidentemente, afastar o pequeno produtor da cultura", deixa claro.

ORGANIZAÇÃO — Cogo coloca ainda, no mesmo nível de importância, a organização do mercado interno, "através de medidas que tomem a cultura mais atraente a pequenos, médios e grandes produtores". Considerou o excesso de intermediação do governo no mercado — essa intermediação atinge 60 a 70 por cento do produto destinado ao mercado — como reflexo da falta de competitividade das cooperativas com os intermediários. Disse que são justamente os pequenos produtores, sem acesso a Política de Garantia de Preços Mínimos que se deixam levar pela conversa dos songado-

res de impostos que batem à procura de produto para comercializar. Na situação, encontra-se a maioria dos pequenos produtores de feijão, de 3 a 8 por cento da produção de feijão no Brasil, é financiada com recursos oficiais para comercialização EGF.

O diferimento do ICMS é uma das saídas apontadas pelo coordenador do Grupo Pró-Feijão. A idéia é de que essa tributação seja transferida para a etapa final do processo de comercialização. "Isso significa, para o produtor, que as cooperativas não precisam pagar ICMS na hora de atravessar o produto. O atravessador também não estaria pagando". Garante que essa transferência de tributação não só elevaria o preço de barganha das cooperativas, como também aumentaria a sua participação na comercialização do produto.

COMERCIALIZAÇÃO

A praga do atravessador

"É verdade que o sistema cooperativo tem culpa no cartório quando o assunto é comercialização do feijão, reconhece Marçal Arrial, diretor de Comercialização da Cooperativa Soperense, de Sobradinho, o segundo painelistista da XXIII Reunião Técnica Anual do Feijão e Outras Leguminosas de Grãos Alimentícios. Embora tenha levantado alguns entraves e problemas conjunturais, que têm atrapalhado essa ingerência do sistema na comercialização do produto, Marçal defendeu a idéia de que as cooperativas poderiam contribuir para que a cultura do feijão oferecesse um maior ganho ao produtor.

O desinteresse da maioria das cooperativas está centrado, segundo Marçal, no fato de que o feijão é uma cultura de pequenos produtores, "onde só o excedente é comercializado", não chamando a atenção justamente por esse aspecto. "O sistema tem realmente perdido muito espaço no trabalho com feijão", diz ainda, reconhecendo que aquelas cooperativas que trabalham com a cultura e fazem mais por uma contingência, comercializando o produto sem um conhecimento maior da rea-

lidade do mercado. "O que muitas delas querem, na verdade, é se livrar de um abacaxi que está ocupando espaços nos armazéns", critica, colocando esta questão como fator de desestímulo ao produtor.

Marçal entende que está mais do que na hora do sistema repensar um pouco a sua postura em relação ao feijão. "Sei que é um produto de pequeno produtor, com custo elevado em função da pouca produção", disse ainda pedindo um pouco mais de compreensão das cooperativas em relação ao feijão.

O feijão preto é um dos produtos mais importantes da pauta de comercialização da cooperativa Soperense. A região cultiva de 14 a 15 mil hectares com a cultura que alcança uma produtividade média de 1.500 quilos por hectare, "com fortes tendências à queda". A cooperativa trabalha com produto ensacado, mas 98 por cento da venda da Soperense é feita em pacotes de um quilo, distribuídos em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

A PRAGA DO ATRAVESSADOR — A ação do atravessador é, segundo o diretor de comercialização da Soperense,

uma das piores pragas que atinge o produto. "O feijão preto é um dos produtos que sofre o maior processo de intermediação até chegar a seu ponto de venda, lamenta acrescentando ainda que esse processo está levando as cooperativas que trabalham com o produto a não fazerem lucro sem saída". Esse "beco sem saída" levantado pelo Marçal está representado pelos 400 por cento de ganho do atravessador intermediário. O produtor, por sua vez, recebe em torno de 20 centavos por quilo de produto, enquanto o consumidor paga pelo mesmo produto, mais de 80 centavos, segundo o painelistista.

Se persistir essa situação, a cultura está fadada a desaparecer. Não existe pesquisa que possa responder a esta questão", criticou Marçal, que é pessimista em relação ao futuro da cultura no Estado. A pesquisa, ainda, vem fazendo a sua parte. A ação do atravessador tem levado a cultura do feijão a uma situação pouco atraente em termos de rentabilidade, se comparados os custos de produção, não é diferente. Marçal sugeriu a criação de mecanismos adequados que possibilitem um ganho para o produtor algum por

PESQUISA

A frente da produção

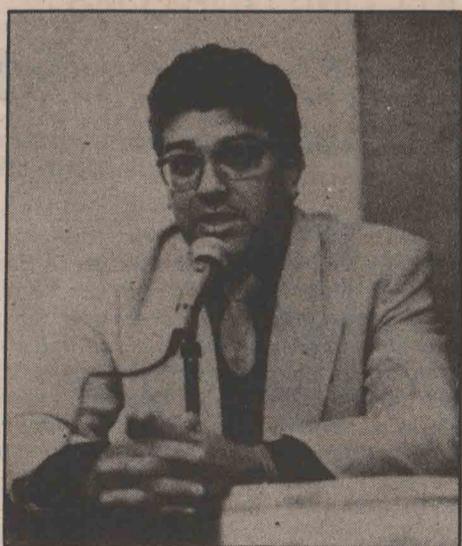


Carlos Cogo
Muitas críticas ao governo

ciente de incentivo ao plantio". Para Cogo, a alta concentração de oferta de produto nos meses de dezembro e janeiro tem tornado o preço mínimo - que já é 50 por cento inferior ao praticado na safra 80/81 - um preço máximo de mercado. Tem certeza que o conhecimento do preço plurianual estimularia o plantio da cultura, mesmo após safra prejudicada por adversidades climáticas. "Assim como a produção, o preço mínimo também está em queda se comparado aos custos de produção", lamentou.

A reorganização do mercado, a partir da definição clara e objetiva das metas e das formas de intervenção do governo é fundamental para uma reversão das expectativas de produção e consumo. Ao defender a formação de estoques reguladores, Cogo faz um alerta e pede condições ideais para a formação destes estoques e a sua comercialização, "a fim de viabilizar o produto como uma alternativa rentável ao produtor".

Essas são medidas, no entender do coordenador do Grupo Pró-Feijão do Estado, que estão sendo levadas ao governo e que têm por objetivo estabelecer condições para o incremento da área de cultivo e do rendimento médio da cultura. Vai de encontro a estas reivindicações que vêm sendo feitas por pesquisadores, extensionistas e produtores, um mercado menos estatizado, com uma oferta mais estável e que seja capaz de influir na redução dos custos e na oscilação dos preços ao consumidor. Sanados esses problemas, o produtor teria condições de investir em tecnologia.



Arrial Marçal
Maior poder de competição

preço mínimo do produto fica ao redor dos 200 dólares por tonelada, o feijão importado custa perto de 1,000 dólares a tonelada. "Quem vai pagar por esse preço é o consumidor. No Rio de Janeiro, por exemplo, um quilo de feijão já está custando, ao consumidor, 2 dólares", observou Marçal, para quem está na hora de quebrar esse tipo de amarras viabilizando um ganho maior ao produtor. Mas para que esse ganho realmente exista, o sistema cooperativo precisa ser dotado de um maior poder de competição.



Maria Elizabeth Burin
A pesquisa no Estado

A primeira Reunião Técnica de Feijão no Estado aconteceu em 1961, quando foram apresentados trabalhos de competição de variedades, feijão de cor e preto, adubação e recomendações da pesquisa para o ano seguinte. "Na época, recordou a painelista Maria Elizabeth Burin, coordenadora do Programa do Feijão do Ipagro, os principais problemas da cultura referiam-se a sanidade das plantas - antracnose e ferrugem -, porte para colheita mecânica e ajuste do tipo comercial. Muitos deles continuam ainda em discussão, mesmo tendo passado 29 anos depois de realizada a primeira reunião técnica. A bióloga Maria Elizabeth Burin falou na XXIII Reunião do Feijão sobre a pesquisa da cultura no Estado.

Em 1964 foi criada a Comissão Técnica do Feijão do Ipagro e as reuniões continuaram até 1971, contando com a participação de duas entidades: a Secretaria da Agricultura e o Ipeas que, tempos mais tarde criou comissão própria. A Comissão do Ipagro também não teve duração longa, sendo alguns anos mais tarde substituída pela Reunião Técnica Anual do Feijão. De acordo com a retrospectiva histórica da pesquisa do feijão no Estado, feita pela bióloga, os maiores problemas detectados na época diziam respeito, principalmente, a linha de pesquisa, época de semeadura, e mapeamento do Estado em termos de produção do feijão. "Foi justamente neste período, de 72 a 82, recordou, que se conseguiu os maiores resultados e foram resolvidos todos os problemas relacionados com adubação".

IRAÍ, NOVA CULTIVAR - A primeira cultivar de feijão, a Iraí, foi lançada em 1981. Deste período em diante, até 87, não apareceu mais nenhuma variedade nova "até porque tínhamos, nesta ocasião, uma única instituição no Estado trabalhando, auxiliada por alguns trabalhos esporádicos de universidades". Em 1983 outras Leguminosas de Grãos Alimentícios passaram a integrar a Reunião Técnica Anual do Feijão, "principalmente o grão de bico que surgiu nessa época dentro da pesquisa de leguminosas", informou.

O ano de 1986 começou com uma revisão das prioridades da pesquisa no Estado, "já que há algum tempo elas não sofriam nenhum estudo". Fruto dessa nova política de pesquisa, apareceram três novas cultivares que já vinham sendo recomendadas em outros estados: a Empasc 201 Chapecó, de Santa Catarina; a Capixaba precoce, do Espírito Santo e a Rio Negro, oriunda do Paraná.

A CEPEF - No ano seguinte foi criada a Comissão Estadual de Pesquisa do Feijão, constituída por dois grupos: as instituições de pesquisa e as entidades de apoio. A Fecotrigo, a Embrapa, a Cotrijui, a Faculdade de Agronomia de Passo Fundo; o Instituto de Pesquisas Agronômicas e as universidades federais do Rio Grande do Sul, de Santa Maria e Pelotas, estão ligadas a CEPEF via pesquisa. Forma o grupo de apoio a Asso-

ciação de Produtores de Sementes do Estado; a Emater; o Banco do Brasil; o Banco do Estado do Rio Grande do Sul; o Centro Nacional de Pesquisa de Arroz e Feijão da Embrapa; a CFP; a Cooperativa Tritícola de Erechim; a Cooperativa de Sobradinho; a Delegacia Federal de Agricultura do Estado/Seapro; a Fecotrigo; Fetag e a Sociedade de Agronomia do Estado.

A Cepef foi criada, segundo Maria Elizabeth, com o objetivo de congregar todas as instituições para que, num esforço único pudessem promover o desenvolvimento da cultura no Estado. "As instituições, observou, vinham trabalhando de forma isolada. A criação da Cepef veio fortalecer todo o trabalho em andamento". Um ano mais tarde o feijão ganhou mais um forte aliado que, indiretamente não estava ligado a pesquisa: o Grupo Pró-Feijão, mas que discute questões como a pesquisa, extensão, crédito, financiamento e comercialização.

PAMPA E MACANUDO - Duas novas cultivares lançadas em 1989, oriundas do Centro Nacional de Pesquisa de Arroz e Feijão. Além destes materiais de feijão preto, mais um material passou a ser recomendado: a FT-120. O ano encerrou com um ciclo de debates organizado pelo Grupo Pró-Feijão e de onde foi tirado um documento onde estão apresentados os problemas da cultura dentro da pesquisa e levantadas algumas proposições relacionadas com a extensão, comercialização e crédito. "Esse documento, informou a coordenadora da Pesquisa do Feijão do Ipagro, já tem, inclusive, parecer da Secretaria da Agricultura para que sejam tomadas medidas a curto e médio prazos em favor da cultura no Estado".

Uma nova revisão das prioridades da pesquisa foi feita recentemente, quando se definiu 11 linhas básicas de pesquisa para o feijão no Estado, abrangendo a introdução de novas cultivares, a fitopatologia, ecologia, práticas culturais, fisiologia, produção e tecnologia de sementes, biotecnologia, controle biológico e microbiologia.

"Essa é a situação da pesquisa do feijão no Estado. Temos um bom número de projetos, de técnicos e de instituições envolvidas. Agora nos resta saber quando vão ser resolvidos os problemas da cultura no Estado", desafiou a bióloga do Ipagro.

ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - RS - 1980-1990

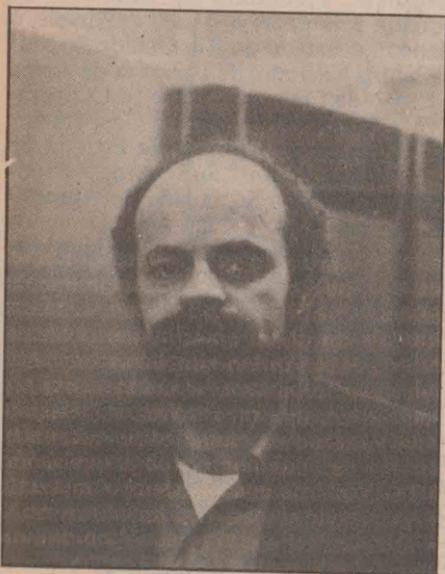
ANO	ÁREA	PRODUÇÃO	RENDIMENTO
1980	205.546	80.378	390
1981	212.706	127.683	600
1982	213.671	146.928	680
1983	187.347	92.445	490
1984	196.682	133.097	670
1985	204.344	138.211	670
1986	219.360	68.943	260
1987	155.087	130.126	837
1988	153.935	121.329	780
1989	171.610	106.277	610



A XVIII REUNIÃO TÉCNICA ANUAL DO FEIJÃO E OUTRAS LEGUMINOSAS DE GRÃOS ALIMENTÍCIOS

Interiorização, mais um marco

O produtor só vai investir em tecnologia quando tiver retorno



Irajá Ferreira
O feijão precisa oferecer retorno

A interiorização das reuniões técnicas do feijão — a deste ano foi a primeira realizada fora de Porto Alegre —, foi considerada, pela maioria dos pesquisadores presentes em Ijuí, como um marco na história da pesquisa do feijão no Estado. “Essa interiorização que começou a acontecer a partir desta XXIII Reunião Técnica Anual do Feijão é muito importante em termos de promoção da cultura”, avalia o engenheiro agrônomo Irajá Antunes Ferreira, pesquisador da Embrapa/CPATB, de Pelotas. A próxima reunião deverá acontecer em Santa Rosa.

A questão da mudança da coordenação da Reunião Técnica Anual do Feijão e Outras Leguminosas de Grãos Alimentícios, foi um dos assuntos debatidos, a nível de Comissão da Pesquisa do Feijão que mais acirrou os ânimos. A Reunião Técnica está sob a coordenação do Ipagro, mas alguns pesquisadores vêm propondo que ela passe para a Comissão Estadual da Pesquisa do Feijão, onde todas as instituições que trabalham com a pesquisa da cultura têm os mesmos direitos e obrigações. “Ela deixaria de pertencer a uma instituição para tornar-se supra-institucional”, defende Irajá. A discussão sobre a mudança de coordenação ficou encaminhada e os pesquisadores que defendem a idéia esperam ver a questão resolvida até o final do ano.

CONTINUIDADE — Mas a XXIII Reunião Técnica Anual do Feijão não primou apenas pelo elevado número de trabalhos apresentados — 62, todos incluídos antecipadamente nos anais da Reunião — ou pelo número de pesquisadores, extensionistas ou produtores presentes em Ijuí — em torno de 100. Ela também primou pela continuidade

do caráter, “mais abrangente em seus assuntos. Apesar de ser uma reunião de pesquisa, também são tratados outros assuntos que vêm efetuando o desenvolvimento da cultura no Estado. observou referindo-se a temas como a política de preços mínimos, falta de crédito, comercialização, entre outros.

Essa mudança no caráter das Reuniões Técnicas do Feijão vêm ocorrendo, segundo Irajá, em função do número de instituições envolvidas com a pesquisa do feijão no Estado, que é cada vez maior, e também refletem uma outra realidade: a do declínio da monocultura. Além disso, o feijão continua sendo um alimento de grande importância só que, em função da política de exportação, ficou relegada à condição de cultura marginalizada.

DIFERENÇA — O pesquisador concorda que hoje ainda existe uma diferença muito grande entre os resultados alcançados pela pesquisa e os resultados observados a campo. O que está faltando, segundo Irajá, para que essa tecnologia gerada chegue ao campo, foge completamente da pesquisa e tem tudo a ver com a falta de uma política que garanta um bom retorno ao produtor. “Esse é o fator principal, passando automaticamente, pela comercialização”, diz, criticando a ação dos atravessadores que alteram totalmente o mercado. São eles que estão ganhando dinheiro. O produtor é sempre o maior prejudicado”.

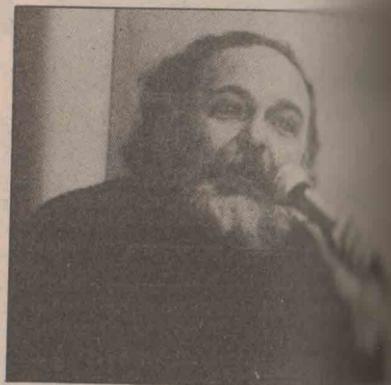
O produtor em primeiro lugar

O feijoeiro precisa oferecer condições para que o pequeno produtor possa se manter na propriedade

“Na nossa pesquisa, o que importa não é o feijão, mas o produtor de feijão”, disse Gustavo Martins Quesada, professor da Universidade Federal de Santa Maria e pesquisador do CNPq, para quem a pesquisa do feijão representa um grande investimento em termos de manutenção da pequena propriedade. Quesada foi o último painalista convidado para falar na XXIII Reunião Técnica Anual do Feijão. Essa postura mais social, em relação a pesquisa do feijão, de acordo com o professor, está diretamente relacionada com a necessidade da cultura oferecer condições para que o produtor possa se tornar sustentável dentro da sua pequena propriedade. “Não desejamos que o feijão seja apenas um vegetal produzindo para o complexo agroindustrial. Pensamos no feijão como um produto para manter a subsistência da propriedade”, reforçou.

Entende que a questão da propriedade física tem sentido no momento em que se pensa não só em produtividade física, mas também no aspecto social. “A apropriação dessa renda gerada com a produção de feijão tem, também, que contribuir para esse lado social”, garantiu citando o caso da soja como um exemplo do que já aconteceu. “Hoje ela já chegou ao cerrado e por quê? Porque o grande capital e a indústria, interessados em aumentar a produtividade, investiram na cultura e fizeram os melhoramentos necessários.

O sentido da pesquisa levada pela UFSM vai mais longe do que tocar no simples aspecto econômico. “Nos preocupa também o lado energético e o



Gustavo Quesada
Produto de subsistência

ecológico”. Diz que, numa pequena propriedade, onde os aspectos econômicos são positivos, mas os aspectos negativos, está ocorrendo uma agressão ao meio ambiente e isso não como um destes exemplos, de sequestrar 100 quilos de folhas são necessários para produzir 1,7 a 2 metros cúbicos de gás. É porque a produção de fumo é um tema em que a agroindústria está apropriando da reserva ecológica existente na pequena propriedade.

PREOCUPAÇÕES — Ao abordar as preocupações em relação a produção do feijão, Quesada estava sugerindo apenas um pouco mais de atenção ao produtor. “As vezes a nossa pesquisa agrônoma entra muito pelo lado ecológico e esquece de uma certa ambientação social que não só existe dentro das relações de trabalho, mas também na vida real das comunidades. É um dos grandes defeitos da pesquisa do feijão”, alertou.

RECOMENDAÇÕES

Inoculante na semente

Mas nada de adubação nitrogenada na semente. Ela inibe a atuação do Rhizobium

Nenhuma nova cultivar foi lançada durante a XXIII Reunião Técnica Anual do Feijão e Outras Leguminosas de Grãos Alimentícios. Mas em compensação, os pesquisadores deixaram aos produtores e extensionistas uma importante recomendação que pode, inclusive, mudar os rumos da cultura: o uso de inoculante na semente, a exemplo do que já ocorre com a soja e outras leguminosas. Acompanhando a recomendação, um alerta: nada de adubação nitrogenada na semente, pois ela afeta a atuação do Rhizobium”, explica Roberto Carbonera, pesquisador do Centro de Treinamento da Cotrijuí.

Acontece que o feijão não é como a maioria das leguminosas que se beneficia com a alta fixação do nitrogênio do ar atmosférico. Ele se caracteriza por apresentar baixa fixação, especialmente após a floração. “Ao fazer a sementeira, recomenda Carbonera, o produtor deve usar um fertilizante sem nitrogênio”.

Essa recomendação só está saindo depois de quatro anos de muita observação na lavoura, manutenção, colheita e avaliação dos rendimentos feitos por técnicos do Ipagro, ligado a Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Emater. Os pesquisadores implantaram uma rede composta de 64 unidades de observação de onde puderam acompanhar os resultados dos trabalhos implantados. Em áreas demonstrativas onde não foram aplicados nem o inoculante na semente nem o nitrogênio em cobertura, a produtividade média ficou em 1.005 quilos por hectare.

Em outras áreas, onde apenas a semente foi inoculada neste caso não houve adubação em cobertura — a produtividade se elevou para 1.153 quilos por hectare, com um ganho de rendimento de 15 por cento. Mas em áreas onde foram somadas a inoculação mais o nitrogênio em cobertura aplicado três semanas após a emergência das plantas, a produtividade média passou para 1.282 quilos por hectare, “o que equivale a um acréscimo de 27 por cento no rendimento.

Mas além da vantagem de aumentar o rendimento Carbonera levanta uma outra questão: o da economia de custos. Usando as duas práticas — o inoculante e a adubação em cobertura aplicado três semanas após a emergência das plantas — o produtor vai reduzir seus custos de produção, pois estará diminuindo as necessidades de planta em nitrogênio proveniente do adubo”.

CONSÓRCIOS — A pesquisa já vinha recomendando o uso de consórcio de feijão com milho, desde que plantado a uma distância de 1,20 metros entre-linhas, intercaladas por duas linhas de feijão. “Também tem sido utilizado milho lembra o pesquisador do CTC, espaçamentos maiores de milho intercalado com mais linhas de feijão”. Para este ano, a pesquisa passou a recomendar o consórcio de feijão com a cana-de-açúcar. Mas esse consórcio só pode ser feito no ano de implantação da cana. A recomendação da pesquisa manda plantar as linhas de cana-de-açúcar espaçadas em 1,20 metros entre-linhas, intercaladas por três linhas de feijão.

EUROPA

Em busca da liberação das economias de mercado

Presidente da Fecotriço e reitor da Unijuf participaram de seminário de economia internacional em Paris. Poderá ser intensificado o intercâmbio técnico entre França e Alemanha com o Brasil, na área do cooperativismo

O presidente da Fecotriço, Rui Pinto e o reitor da Unijuf, Frantz, entre outros representantes de 48 países, participaram como convidados, de encontro internacional em Paris, de 26 a 28 de maio, denominado "Cooperativismo", patrocinado pela Confederação das Cooperativas da França, de busca de uma nova política de liberação das economias de mercado, na área da alimentação humana e do cooperativismo brasileiro também representado pelo presidente da Unijuf, Roberto Rodrigues, um dos pais

representantes gaúchos, que foram assessorados pelo economista Luis Brum, ora em estágio na Universidade de Paris, discutiram sobre a situação econômica e mostraram as perspectivas da agricultura e cooperativismo no Brasil. Como resultado dessa exposição, surgiu a possibilidade de acordo para a intensificação de informações e intercâmbio de especialistas, de ambos os países, e se desenvolver em três níveis: econômico, técnico e jurídico das cooperativas.

Este intercâmbio, diz Polidoro, vem sendo desenvolvido entre o Brasil e a "Centrale Coopérative de Recherches Animales" - CANA, que poderá ser ampliado para outras cooperativas federadas. Outra possibilidade, disse o presidente da Fecotriço, é a compra antecipada de soja visando financiar a produção. Essa questão ficou em aberto nos debates em Paris, mas deve-

rá ter desfecho, em breve, possivelmente no Brasil, em outubro próximo, para quando se aguarda a vinda de Victor Chohin, diretor operacional da Confederação das Cooperativas Agrícolas do Oeste da França - CCADF.

A visão colhida, tanto por Rui Polidoro como pelo Telmo Frantz, é de que a França, principalmente, mas também a Europa, no conjunto, têm manifestas preocupações com a situação econômica e social dos países do Terceiro Mundo. Mas pressentem que a tendência é da Europa voltar-se cada vez mais para dentro de si mesma e para o Leste, devido a abertura política que ocorre na região, com o fim da guerra fria.

Por isso, consideram ser importante que a América Latina procure proteger-se através de acordos bilaterais de comércio, pois o mundo tende a marchar em blocos, e quem persistir no isolamento, forçosamente ficará no meio do caminho.

O professor Telmo Frantz, que viveu vários anos na França, onde doutorou-se em sociologia, sente que a Europa já é um todo homogêneo, não só em identidade como em propósitos. E o que reforça ainda mais essa identidade é uma ideologia que supera o capitalismo e o socialismo. Segundo ele, ambos os regimes estão superados, na concepção do europeu moderno. Segundo Frantz, eles buscam outro ideal.

Após a conclusão do Seminário na França, Polidoro e Frantz viajaram à República Federal da Alemanha, mantendo contatos com a Fundação Friedrich Neumann, a Fundação Partido Verde,

FEIJÃO

Prejuízos com geada

Prejuízos pelos bons preços que o produtor alcançou no mercado e também pela queda na própria política do trigo que fez com que houvesse uma grande redução da cultura de feijão, muitos produtores optaram pelo cultivo de feijão da safra.

Segundo o levantamento de produção realizado em maio pelo IBGE, Mato Grosso está cultivando agora 45 mil hectares de feijão, mais do que os cerca de 11 mil plantados na safra. A produtividade média esperada é de 600 quilos por hectare.

Em alguns municípios a área aumentou em 100 por cento. Na grande área de Dourados, este ano foram plantados seis mil hectares, o que é o dobro de 89. Também em Rio Brilhante, o feijão conquistou espaço em detrimento do trigo, que teve sua área acentuada.

Devido de ser uma lavoura de risco, e devido aos cuidados que exige, o feijão não trazia um bom retorno financeiro ao produtor, não fosse pela conspiração do clima, que deu a esperança de muita gente. No mês de maio a lavoura estava em fase de desenvolvimento vegetativo, ou de granação, uma vez que a região e causou sérios prejuízos

em Rio Brilhante, onde foram plantados 10 mil hectares, a maioria com recursos próprios. Esperada uma produtividade de mil quilos por hectare, conta o agrônomo Paulo Tomaz, coordenador do Departamento Técnico de Dourados, esse número certamente

vai ficar comprometido pois nessas áreas houve uma perda estimada entre 50 e 60 por cento.

Na região de Dourados também foram registrados prejuízos e segundo informações dos técnicos daquela Unidade, a geada prejudicou aproximadamente 20 por cento as lavouras de feijão. Já em Maracaju, a situação é mais grave. Dos 1.200 hectares cultivados, aproximadamente de 700 a 800 foram perdidos. Lá também houve um aumento com a cultura que na sua totalidade foi plantada com recursos próprios.

Tradicionalmente restrita a pequenas áreas, até pelas dificuldades de colheita que ainda é feita manualmente, pouca gente se arrisca a plantar áreas muito extensas. O associado Édio Germano Drews, de Maracaju, no entanto, resolveu inovar este ano e plantou 65 hectares com a variedade Carioquinha. Em outros anos ele plantava normalmente apenas 10 hectares. No início do mês passado estimava que iria colher mais de 1.500 sacas de feijão, mas com a geada do dia 23, seus planos foram por água abaixo, e praticamente perdeu toda a lavoura porque o feijão ficou queimado com a geada.

Sem a garantia do Proagro, porque plantou com seus próprios recursos, Drews acha que mesmo se conseguir colher um pouco nas áreas que foram menos afetadas, ele dificilmente irá recuperar o dinheiro investido. Com o adubo, a semente, duas aplicações de fungicida e cinco de inseticida, o associado gastou mais de Cr\$ 500 mil, isso sem contar as outras despesas como mão-de-obra, depreciação do maquinário, óleo diesel, etc.

COLUNA do LEITE

Coordenação: João Carlos Schiffer — méd. veterinário
Alaor José Daltrozo — tecnólogo em cooperativismo

SILAGEM PRÉ-SECADA

As forrageiras só podem ser conservadas sob a forma de silagem se forem seguidas à risca algumas recomendações. Caso contrário, o produtor pode começar a contar algumas perdas. A principal recomendação diz respeito ao teor de água da planta. A forma mais prática de ensilar um material com teor de água nos níveis permitidos, sem desperdiçar os nutrientes armazenados, é fazendo a chamada "pré-secagem".

No processo de pré-secagem de uma forrageira, o produtor deverá cortá-la e expô-la ao sol. No caso das gramíneas — azevém e aveia — o ideal é que a massa verde a ser ensilada tenha em torno de 40 por cento de matéria seca — 60 por cento, portanto, de água. A alfafa deve ter 45 por cento de matéria seca e o milheto 40 por cento. Durante os meses de verão, essa pré-secagem é mais rápida. Basta que a planta, para atingir os 40 por cento, fique 24 horas exposta ao sol. No inverno, o mesmo nível só é alcançado após 72 horas de exposição.

É possível fazer silagem pré-secada com gramíneas — azevém, cevada, trigo, capim rhodes, setária, quicuío, hermátia, entre outras e com algumas leguminosas como a alfafa, a ervilhaca e a serradela.

VARÍOLA BOVINA

A varíola bovina é uma doença infecciosa, contagiosa que ataca a pele do úbere das vacas em lactação. A doença é provocada por um vírus e a transmissão ocorre através dos mosquitos e moscas, podendo também passar de um animal para outro via mão do ordenhador.

Após uma incubação de quatro a seis dias, aparecem lesões características na pele do úbere e das tetas. Logo de início, as lesões são muito dolorosas, transformando-se em vesículas redondas amareladas. Passada essa fase, elas transformam-se em crostas.

O produtor precisa se prevenir contra a varíola bovina, principalmente se ele tiver alguma lesão nas mãos, pois também está sujeito a contaminação. Entre os tantos tratamentos indicados, os mais usados são à base de pomadas antibióticas. Os resultados mais eficientes têm sido obtidos através do uso de sulfato de cobre na diluição de 1 por cento. Essa medicação é colocada sobre as lesões logo após a ordenha.

LEITE EM PÓ PARA TERNEIROS

O leite em pó é um substitutivo do leite integral e pode ser fornecido aos terneiros a partir dos 10 dias de idade. Evidentemente que logo após o nascimento, o teineiro deve receber o leite colostro, o primeiro leite produzido pela vaca no início da lactação. Caso o produtor se decida pelo uso do leite em pó, deverá fazê-lo de forma gradual. No primeiro dia, ele deverá fornecer 70 por cento do leite colostro e só 30 por cento do leite em pó; no segundo dia, pode aumentar a dosagem na proporção meio a meio; no terceiro dia fornecer 30 por cento do leite colostro e 70 por cento de leite em pó. No quarto dia, pode substituir integralmente o leite colostro pelo leite em pó. Em média, os terneiros deverão ganhar quatro litros/diários até os 60 dias de idade. O leite deve ser fornecido morno, a uma temperatura de 38°C.

Mas é preciso ficar muito atento para o custo desta operação de substituição do leite pelo produto em pó na amamentação dos terneiros. Um litro de leite em pó substitui um litro de leite. Se, na época da formação de cotas, por exemplo, um litro de leite em pó tiver um preço menor que um litro de leite integral, compensa muito mais tratar os animais com o produto em pó e vender a produção.

LEITE COTA

Está encerrando neste mês de julho, o período de formação de cotas. Restam, portanto, ainda alguns dias para que os produtores procurem melhorar as suas cotas, válidas para os próximos meses. Como a maioria dos produtores já sabem, o sistema de leite cota é estabelecido por uma Portaria da Sunab. De acordo com essa Portaria, já a partir do mês de agosto, as indústrias podem começar a aplicar o leite excesso. A CCGL, por exemplo, tem procurado adiar a aplicação do leite excesso, deixando para setembro ou outubro.

PROGRAMA DE FINANCIAMENTO — TROCA-TROCA

Estão sendo desenvolvidos pela cooperativa, diversos programas de financiamento, dirigido aos produtores de leite:

• **FORAGEIRAS DE VERÃO** — um programa inédito na Região Pioneira e que conta com a participação da CCGL — responsável pelo repasse das verbas; a Cotrijuí — com a organização do programa, divulgação e realização de reuniões — e os freiteiros — com a incumbência de entregar as sementes e insumos no local da coleta do leite. Este programa destina-se aos produtores que têm entrega de leite permanente na cooperativa. Os prazos para os pedidos encerrou dia 14. A entrega dos insumos e sementes deverá acontecer no período de 18 de julho a 10 de agosto.

• **FINANCIAMENTO DE TERNELEITE** — (uso do leite em pó em substituição ao leite integral). Este programa tem por objetivo aumentar a quantidade de leite entregue pelo produtor justamente na época da formação de cotas. O produto em pó é repassado aos produtores para ser pago no sétimo e oitavo mês, em prestações iguais, mas tendo por base produto por produto.

• **RESFRIADORES** — É um outro programa que coloca à disposição dos produtores, resfriadores com capacidade de 200 e 300 litros por dia e ainda ordenhadeiras da marca Satélite. O sistema de pagamento é o de troca-troca. Ou seja, o equipamento ou o resfriador é pago com leite, em 12 vezes. As aquisições de resfriadores podem ser feitas no sistema entrega. No caso da ordenhadeira, a aquisição é por encomenda. Maires informações podem ser adquiridas junto ao Setor de Leite e departamentos técnicos das Unidades da Cotrijuí.



TERMINAL LUIZ FOGLIATTO

Mostrando eficiência

Fruto da visão empresarial dos produtores, o Terminal Graneleiro da Cotrijuí exporta, hoje, 30 por cento da soja que sai pelo porto de Rio Grande

Dos 33 anos a serem completados pela Cotrijuí em julho, 18 deles foram dedicados a exportação de grãos sólidos e líquidos do Rio Grande do Sul. É que entra nessa história a instalação do Terminal Graneleiro Luiz Fogliatto, inaugurado oficialmente a 16 de outubro de 1972, no Porto de Rio Grande. Diretamente relacionado com a explosão da lavoura de soja no Estado e a necessidade de escoar seus produtos, o Terminal hoje exporta 30 por cento da soja que sai pelo porto local.

Seu gerente geral, o economista Bolivar de Souza Lima, avalia que essa obra, gigantesca e audaciosa para a época, deve-se principalmente a visão empresarial dos associados da Cotrijuí. Seu carro-chefe de operação é a soja, apesar de movimentar outros produtos. Para se ter uma idéia, de janeiro até o dia 4 de julho último, 27 navios passaram pelo seu "pier", sendo dez de soja, dois de trigo, nove de farelo e seis de óleo.

Com uma movimentação maior nos quatro últimos meses, o Terminal fechou o primeiro semestre em 439.300 toneladas, visitado por uma média de 500 caminhões e 80 vagões diariamente. Conforme dados colhidos junto ao setor de controle de estoque do Terminal, no primeiro semestre, 60 por cento da soja movimentada era de terceiros e 40 por cento de associados. Praticamente toda Europa recebe a soja escoada pelo Terminal da Cotrijuí, que movimenta uma média de 1,5 milhão de toneladas anuais, apresentando, porém, uma capacidade ociosa de dois milhões de toneladas.

IMPORTÂNCIA NO PORTO — Mostras de eficiência e também falta de informação já fizeram segmentos da comunidade rio-grandina declararem que a Cotrijuí é uma multinacional. Mas como sintetiza seu gerente geral em Rio Grande, "muita gente desconhece que o resultado de um trabalho sério é eficiência e agilidade. E isso não ocorre só em multinacionais".

Bolivar Lima, que também preside pela segunda vez o Conselho Especial dos Usuários do Porto, acentua que o Terminal graneleiro poderia hoje, ter um sistema operacional mais moderno, "se não fosse a intervenção nociva e limitante da extinta Portobrás". A antiga estatal, que até a entrada do governo Collor era responsável por toda política portuária nacional, comprovou essa retórica. No início da década de 80, quando a Cooperativa quis se adequar ao desenvolvimento da navegação de longo curso, a ex-Portobrás não autorizou, embora fosse com recursos próprios, a efetivação dos investimentos desejados.

Os navios graneleiros que até 1976 apresentavam uma capacidade de 20 mil toneladas, tiveram seu potencial aumentado para até 80 mil, exigindo



O transbordo — operação ainda utilizada. A soja é carregada da chata ao navio (foto acima). Na foto ao lado, a estiva organizando a carga

uma adequação técnica do Terminal. A partir dessa ingerência, Bolivar Lima explica que o porto local perdeu a possibilidade de contar, inclusive com serviço de desestiva, pelo qual poderia receber produtos como trigo, milho e cevada, além de efetuar operações de "draw-back", que viabilizaria economicamente o parque industrial de soja do Estado.

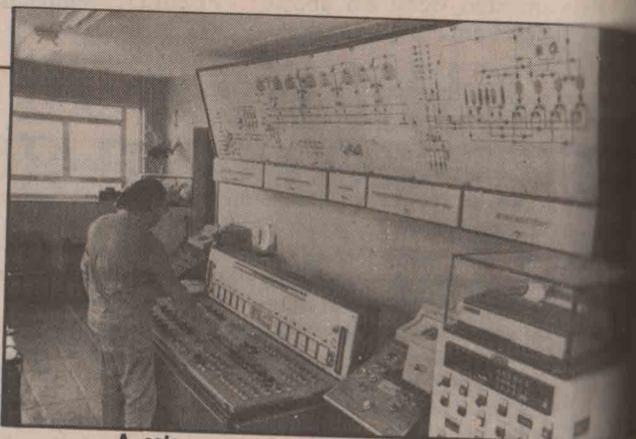
CASA EM ORDEM — Com um sensível acréscimo de trabalho na época de escoamento da safra, quando então o Terminal contrata periodicamente uma média de 120 pessoas que irão se somar aos cerca de 200 funcionários fixos, é na entressafra, de setembro a março,

que a casa é colocada em ordem. Segundo conta o gerente técnico, Ivo Aquino Rasia, nesse período, todos os equipamentos de recepção e expedição recebem manutenção corretiva.

As duas moegas (uma exclusiva para o descarregamento de caminhões e outra rodo-ferroviária), capazes de receber unitariamente 500 toneladas por hora, e as balanças de recepção que fazem de 200 a 400 pesagens por dia, precisam se recuperar do desgaste da última safra. As balanças de expedição não ficam distantes dessa realidade.

Automáticas, cada uma das duas moegas tem capacidade para mil toneladas/hora.

De casa arrumada e pronta para operar, o Terminal comprova a busca da eficiência, é preciso encontrar o melhor lugar, responsabilidade para o trabalho. Viabilizando já há bastante tempo o embarque de soja e dando rumos ao porto de Rio Grande (ver reportagem de Jardine em matéria anterior), é uma pena que ainda haja falta de atenção das autoridades competentes para sua potencialidade.



A sala que esconde o painel oferece... dados precisos ao operador

A sala que esconde o segredo

Pode-se dizer que o segredo da agilidade do Terminal Graneleiro fica na sala de comando. No local, em três turnos seguidos, ocorre todo o controle eletromecânico de operações. Um painel cheio de "setinhas" — que para os leigos causam muita confusão na cabeça — mostra para o operador, exatamente onde o produto se encontra, desde seu recebimento na moega até a expedição para o navio, pelas correias transportadoras.

Rapidez nas informações não é problema. No máximo em 15 segundos, é possível descobrir o peso operado no navio, incluindo a descarga do produto, a tara (resíduo que fica na balança) e o peso líquido. Atualmente, estes dados são captados no prédio da balança que os manda para a sala de comando.

Mas, equipamento eletrônico, adquirido pela Cotrijuí no ano passado, aguardando aferição do Inmetro, permitirá descobrir tudo isso através de um visor próprio. Conforme um dos chefes do setor de expedição (ao todo são três), João Ferreira Serra, a informação na sala de comando facilita no caso de avaria, para uma decisão mais rápida do operador.

FATOS PITORESCOS — Houve épocas em que o estímulo à lavoura de soja era tão grande, que até mesmo os

navios graneleiros estavam escassos para a exportação do produto. Serra conta, por exemplo, que em torno de 1975 a Cotrijuí teve que carregar soja em um navio petroleiro.

Com a recepção do petróleo completamente diferente de como é feito para a soja, que não pode ser carregada por sucção, deu-se um "jeitinho brasileiro" à operação. O problema foi resolvido com a adaptação de pontas nas correias transportadoras, viabilizando a operação. Simples à primeira vista, a operação não pode contar com tanta agilidade.

Recibendo 14 mil toneladas de soja, quantidade que seria facilmente expedida em um graneleiro no prazo máximo de 14 horas de trabalho, o petroleiro teve todo o carregamento terminado somente após três dias. Isso com diâmetros bem menores que as bocas dos portos dos graneleiros, os estivadores tinham que rechejar a carga no local onde era despejada.

A implantação do Terminal Graneleiro Luiz Fogliatto viabilizou o embarque de soja em Rio Grande



TERMINAL LUIZ FOGLIATTO

Cotrijuí viabilizou escoamento da soja

A implantação do Terminal Graneleiro da Cotrijuí em Rio Grande, no ano de 1968, foi fundamental para viabilizar o embarque de soja pelo porto local. A construção foi dirigida pelo delegado do Centro Nacional de Navegação e Comércio Marítima (CNNT), Paulo Fogliatto, que tem quase 40 anos dedicados ao setor de comércio marítimo.

Uma nítida falta de estrutura para o escoamento de soja pelo porto rio-grandino. O comércio de operação do Terminal Luiz Fogliatto, numa média de 30 toneladas/hora, deixou de afastada a produção de soja nos terminais do porto, com uma estrutura adequada, operavam com uma operação de 30 toneladas/hora. "Quando o porto não operava-se dez dias para escoar 30 mil toneladas em um mês, numa média de três toneladas diárias. A Cotrijuí, no mesmo período, com a estrutura de carregamento de 30 mil toneladas diárias, permitiu operar seis navios por dia em Jardimine.

Os maiores incentivos para a produção de soja, a partir da década de 70, com o consequente aumento da área de cultivo, também fez surgirem

atividades correlatas no porto de Rio Grande. O "boom" da oleaginosa exigia fertilizantes para o aumento da produtividade. E o porto local teve que se adequar à importação do produto.

MUITA CONFUSÃO — A baixa produção de embarque da soja devido aos métodos rudimentares utilizados antes da instalação do Terminal da Cotrijuí, era motivo de muita "dor de cabeça" para os agentes de navegação. Na época de safra, de maio a setembro, uma média de 18 navios ficavam fundeados à espera de atracação no cais. Mas chegou a ter 32 navios na fila, da bôia de espera até a vizinha cidade de São José do Norte, numa distância de 10 milhas, que representam 16 quilômetros.

Hoje a capitania dos portos, já não permite mais esses exageros e limitou o fundeio na barra. Não é para menos. Época de safra — inverno — tempo de muita chuva, tempestade e acidentes. Jardimine se recorda de certa época, quando o saldo do tempo ruim deixou dois navios abalroados e três encalhados.

Por outro lado, também a média de dez dias para carregar um navio só era atingida se não ocorressem chuvas. Mas aos poucos, confor-

me Jardimine, o porto foi se adaptando e, após a implantação do Terminal da Cotrijuí, seguiram-se outras instalações como o Terminal de trigo e soja (TTS) e os D3 e D4, que tornaram mais eficiente o escoamento da soja, bem como terminais privativos para farelo de soja que foram implantados.

MÉTODOS RUDIMENTARES — As práticas desenvolvidas antes dos terminais graneleiros, se não fosse pela falta de eficiência, seriam no mínimo curiosas. Uma delas — a "vira-globos" — constituía-se em redes grandes de lonas nas quais se colocava a soja. Os guindastes as levantavam e os estivadores tratavam de virá-las para dentro do porão do navio.

Um outro sistema citado por Jardimine, era o "corte na boca", pelo qual os sacos de farelo e soja eram cortados e despejados para dentro do porão. Tudo isso ocorria no porto. "Mas às vezes, por falta de calado, acrescenta o delegado do CNNT, o navio tinha que completar o carregamento, fundeado nas bóias, através de transbordo (das chatas para os navios). Isso encarecia muito a operação tanto pela demora quanto por manuseio duplo de carga.

Incentivos atraem cooperados

Um número maior de produtores tem vindo ao Terminal Graneleiro nessa safra. Incentivos oferecidos pela Cotrijuí, como o resgate do frete e a bonificação e US\$ 100 por tonelada, estimulam o associado a trazer o produto para o porto. Foi pensando nestas vantagens que o cooperado Adair Fachin, da Fazenda Ploneira, chegou até mesmo a investir em armazenagem na sua propriedade, para aumentar a capacidade de 30 mil sacas.

Quando esteve na primeira semana de safra em Rio Grande, disse acreditar que essa safra também trará muitos produtores que entregavam seu produto à cooperativa. De agora para casa, ele passa em Caçapava e leva o produto à sua lavoura. Fachin já pensa, inclusive, em comprar uma carreta para diminuir o custo de viagens de carregamento de soja. "Antes, para trazer toda a sua safra ao Terminal, eu gastava uma média de 480 viagens. Agora, ele gasta em torno de 40 viagens. Pretendo reduzir essa média pela metade.

Responsável pela produção de 250 hectares, cultivados com aveia, trigo, soja e milho, Fachin acha que a solução para o produtor é explorar melhor sua propriedade, através da diversificação de atividades. Prevendo a falência de muitos produtores, na sua opinião, o governo Collor deveria definir melhor os juros e dar preços mais justos aos produtos.

Há cerca de dois anos conseguiu comprar uma colheitadeira nova com 2.700 sacas de soja. No mesmo período também adquiriu uma usada que poderia ser paga, na época, com 1.800 sacas. Para exemplificar o caos da situação, contou que, ao invés de pagar de uma só vez resolveu dar Cz\$ 1,2 milhão de entrada, assumindo uma dívida no Banco do Brasil e mais cinco prestações. No ano passado, pagou 300 sacas por uma delas e nesse ano, o valor já correspondia a 600 sacas. E o que é pior, ainda deve para quitar a dívida, cerca de 500 sacas de soja.

LUBRIFICAÇÃO DE MAQUINAS AGRICOLAS

Rimula

O Super Óleo do seu dia-a-dia



Conteúdo 20 litros

Multiviscoso para motores Diesel turbo e aspirados

Agora você tem um óleo que facilita as partidas a frio e mantém a viscosidade adequada em qualquer temperatura ou condição de serviço, aumentando o tempo de vida do seu motor, diminuindo o número de retíficas e economizando lubrificante e combustível. A melhor maneira de se celebrar uma parceria conquistada pela consagrada linha de produtos Shell para lubrificação de máquinas agrícolas.

Rimula CT

Recomendado para motores que operem em serviços pesados, mantém o motor sempre limpo e tem aditivos especiais que combatem a oxidação, a corrosão e o desgaste. Menos oficina e muito mais produtividade.



Tellus

Especial para sistemas hidráulicos industriais e para todas as aplicações que peçam um lubrificante de alto nível de desempenho. Contém aditivos antioxidantes, antidesgaste, antiferrugem e antiespuma.



Spirax

Protegendo da umidade as engrenagens e outros componentes de eixos, é recomendado para caixas diferenciais, de redução, de câmbio, de direção e juntas universais. Excepcionalmente resistente à deterioração por uso prolongado.



Retinax

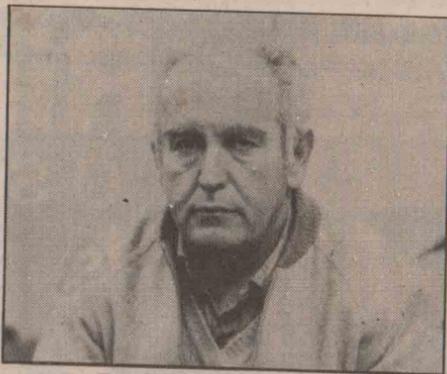
Recomendada para todos os pontos lubrificáveis à graxa, mantém sua estabilidade e resistência tanto em altas como em baixas temperaturas. Uma moderna fórmula de graxa para lubrificação de máquinas agrícolas.



Shell
Líder mundial em lubrificantes

Proposta abrangente

Ijuí já tem o seu Clube Amigos da Terra. É o 16º do Estado e tem por finalidade, a exemplo dos demais, atuar junto aos agricultores no sentido de incentivar práticas de conservação de solo, de plantio direto, de terraceamento, entre outras. "Mas não vamos ficar só por aí", avisa Euclides Casagrande, presidente do Clube Amigos da Terra de Ijuí, pretendendo uma discussão mais ampla da questão da produção. "Queremos levar até aos agricultores a idéia de que a ecologia é importante e que, manter as margens dos rios arborizadas para que as águas se tornem limpas ou proteger o solo com cobertura de inverno são cuidados que não podem ser deixados de lado dentro de um sistema agrícola moderno e que pretende ver a terra produzindo bons resultados por muitos anos".



Euclides Casagrande

Os pontos levantados e colocados como prioridades dentro do programa de trabalho do Clube Amigos da Terra de Ijuí, serão atacados via palestras, dias-de-campo e troca de experiências. "Nós entendemos que o plantio direto não é uma prática isolada. O produtor precisa, em primeiro lugar, fazer uma correção adequada de seu solo e praticar a rotação de culturas", diz, contando com o apoio dos técnicos da Cotrijuí para reforçar ainda mais estas práticas junto aos agricultores do município. Entende que alguns insucessos obtidos com o plantio direto estão diretamente relacionados com o próprio despreparo do produtor.

PROPOSTA — A proposta de trabalho do Clube Amigos da Terra de Ijuí, em sua abrangência de assuntos, pretende atacar todos os fatores que estão incluídos na formação de uma lavoura. "Vamos falar de custos de produção, de variedades mais produtivas, de melhor época de plantio, de resultados alcançados na lavoura", observa Casagrande apostando, desde já no sucesso do Clube e na participação dos agricultores. Tem certeza que os obstáculos que surgirem serão logo superados "com uma plena assimilação das tecnologias que já vêm sendo empregadas".

Mas para que o Clube Amigos da Terra de Ijuí alcance seus objetivos de trabalho no município, Casagrande e os demais companheiros de equipe, estão contando, inclusive, com a participação dos pequenos agricultores. "O Clube Amigos da Terra não é formado apenas de grandes produtores. Nós contamos, também, com a participação e colaboração dos pequenos agricultores", esclarece.

Os agricultores de Ijuí que quiserem se integrar ao Clube Amigos da Terra poderão procurar a Cotrijuí para obter maiores informações — telefone (055) 332-2400, ramal 213. Ou ainda pelo telefone (055) 332-2643, residência do atual presidente.

AGRICULTURA ALTERNATIVA Falta apoio oficial

A Agricultura Alternativa — experiências regionais e o debate de formas de articulação — foi tema para um Seminário, o primeiro de uma série de eventos técnicos programados pela Comissão de Agropecuária do Centenário de Ijuí. O Seminário aconteceu no dia 22 de junho, no auditório da Associação Comercial e contou com a participação de técnicos, estudantes e agricultores da região.

Para o agrônomo e pesquisador Armênio Khatounian, do Instituto Agronômico do Paraná — o Iapar —, um dos painelistas, "as linhas de pesquisa agrícola no Brasil nas últimas décadas foram orientadas pelos interesses das grandes indústrias multinacionais de máquinas, venenos e sementes". O pesquisador reconhece que a agricultura alternativa tem uso ainda muito restrito no país, "mas apresenta um futuro promissor". Entende ser este o único modelo de desenvolvimento agrícola que propõe um sistema de produção capaz de não só preservar o meio ambiente, mas também garantir um produto sadio para o consumidor.

Khatounian falou ainda das diversas escolas que existem sobre agricultura alternativa a nível mundial. Embora todas apresentem características próprias, nenhuma delas foge a um

princípio básico: o da redução de venenos. Disse ainda que os países ricos dão maior ênfase ao aspecto biológico da produção. No Brasil, no entanto é preciso considerar os problemas sociais decorrentes da descapitalização dos agricultores. "É preciso que se pesquise ainda muito no Brasil para se alcançar sistemas alternativos que, além de auto-sustentáveis, possam projetar uma agricultura não apenas no universo de uma década, mas de séculos", destacou.

OBSTÁCULO — A agrônoma Maria José Guazzelli, do Centro de Pesquisa de Vacaria apontou a crise econômica como um dos fatores que ajudará no crescimento da prática da agricultura alternativa. Mas o total "desconhecimento tem sido o principal obstáculo ao uso da agricultura alternativa", disse lamentando que extensão rural pouco valorize as práticas alternativas. "Nada se investe no setor público para a divulgação da pesquisa, feita mais pelo interesse dos pesquisadores do que pela existência de uma política oficial", criticou.

EXPERIÊNCIA — A segunda parte do Seminário ficou reservado ao relato de experiências regionais. Além da participação dos pesquisadores Armênio Khatounian e Maria José Guazzelli, fa-

Por uma agricultura ecológica

Está proibido o represamento das águas do rio Santa Maria, em território do município. Outra lei quer proibir a formação de lavouras dependentes de pulverização, próximas ao perímetro urbano da cidade

O represamento das águas do rio Santa Maria em território do município de Dom Pedrito, popularmente chamado de "atacados", está proibido por lei, já a partir da próxima safra de plantio de arroz. A lei, de autoria do vereador Sérgio Roberto Vieira (PMDB), aprovada pela unanimidade dos vereadores e sancionada pelo prefeito Rui Favalli Bastide, declara o rio Santa Maria e seus afluentes, patrimônio ecológico municipal, para efeito de preservação do meio ambiente.

Durante seu transcurso nas comissões técnicas e no plenário da Câmara, o decreto-lei provocou grande polêmica no município, envolvendo políticos, técnicos, ecologistas e o povo. O Santa Maria, no percurso de terras de várzea em território pedritense, vinha sendo usado, nos últimos anos, para irrigar lavouras de arroz. O município é carente de reservas hídricas para irrigação, tanto que está limitado a um cultivo máximo de 25 mil hectares de arroz, quando há potencialidade para cerca de 200 mil hectares, apenas para essa cultura.

O Plano Bourscheid, que prevê a construção de mais de uma dezena de barragens de baixo custo, em vales de muitos afluentes do rio, e que seria a solução para o aumento da ocupação de áreas hoje ociosas, continua apenas em fase de estudos, em mapas e em papéis. **A SAFRA REDUZIDA** — Essa insuficiência de barragens foi agravada, principalmente nos dois últimos anos, pela estiagem, que no vizinho município de Bagé, foi de calamidade pública. Em Dom Pedrito a escassez de água não chegou a tal extremo, mas obrigou a uma drástica redução da lavoura de arroz. De uma área tradicional de 25 mil hectares, reduziu-se para pouco mais de 5.000, na última safra.

Um elevado número de orizicultores, principalmente arrendatários de terras, sempre supriram parte de

suas necessidades de água, caso do Santa Maria. Calcula-se que hectares de arroz no município são regados com água desviada do rio Santa Maria. A Associação dos Agricultores, chefiada por Sérgio Vieira, que agora, com a proibição de represamento, a orizicultura vai ser reduzida.

Não resta dúvida que a aprovação da lei foi uma vitória dos agricultores, que até já criaram uma associação no município. E a associação conta com o apoio decidido até do vereador da Agricultura municipal, Tomaz Vieira.

O vereador Ruy Adeline Guzzoni, que já foi presidente da Associação dos Agricultores de Dom Pedrito, diz que a Câmara não poderia deixar de aprovar a lei, por tratar-se de uma medida de caráter preventivo, de uma adequação à legislação, que por si só já legisla a respeito da matéria.

LAVOURAS URBANAS — A lei que deverá ser aprovada, mas que está causando polêmica no município, é a que proíbe o cultivo de lavouras nas proximidades do perímetro urbano da cidade. A iniciativa é dos vereadores Aírton Gonçalves (PSB), e Ivo Pardelinas (PDT). Eles pretendem que seja proibida a plantação de lavouras, em especial de soja, que dependa de pulverização por agrotóxicos, a uma distância de 1.500 metros da zona urbana.

No momento, está em discussão nas diversas comissões da Câmara Municipal. Os proponentes têm fé que a lei será aprovada, conforme têm declarado publicamente. Eles dizem que além da justiça da proposição, o decreto sancionado pelo governador recebeu o aval da Associação Pedritense dos Engenheiros Agrônomos. É possível que em vista dos debates motivados por essas duas leis, volte à tona, com maior força, a reivindicação do município em torno da construção das barragens, conforme prevê o Plano Bourscheid.



Armênio Khatounian



Maria José Guazzelli

laram Rivaldo Dhein, pelo Centro de Treinamento da Cotrijuí; Régis da Cunha Belem, do Grupo de Estudos e Assessoria Agrária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo e ainda Elvino Bohn Gass, vice-presidente do Sindicato e presidente da

CUT/Missões.

O Seminário de Agricultura Alternativa foi promovido pela Associação dos Agrônomos de Ijuí — Associação Regional Sul da Associação de Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa — AS-PTA/Raigão Sul.

A importância do associativismo

Iolanda Edelmira Teixeira

No primeiro sábado de julho de cada ano, é comemorado o "Dia Internacional do Cooperativismo", evento criado em 1923 através da Aliança Cooperativa Internacional, com a finalidade de celebrar e propagar a cooperação e demonstrar ao mundo a solidariedade dos cooperados e a eficiência de suas organizações como instrumento de emancipação econômica e garantia da paz mundial. O cooperativismo, que visa corrigir distorções sócio-econômicas do capitalismo e do consumismo, à medida em que dá valor ao trabalho e não ao capital, preserva a iniciativa privada e socializa resultados.

A própria natureza, na sua forma integrada, é um exemplo que merece ser citado e que serve para ilustrar a comparação. Na natureza, cada partícula depende de uma outra para garantir a sua própria existência. E assim, também é o homem. Foi ele quem descobriu a vantagem da ajuda mútua, fazendo com que surgissem experiências riquíssimas de cooperação em todas as civilizações. E hoje, o cooperativismo é um setor ativo nos segmentos de produção, comercialização, industrialização, serviços, habitação, consumo, eletrificação rural e crédito rural.

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO — Se o sistema cooperativista, de uma forma geral, ocupa uma posição de destaque no Brasil, o cooperativismo de crédito rural, também tem sua história para contar. No Rio Grande do Sul, principalmente, vem buscando, de forma ordenada, expandir-se através do Sistema Integrado de Crédito Rural Cooperativo do Rio Grande do Sul, o Sircredi. O sistema integra todas as cooperativas de crédito do Estado, tentando formar um instrumento útil ao quadro associativo da administração e aplicação dos recursos gerados no setor primário da economia. Pretende, desta forma, transformar-se no braço financeiro do cooperativismo gaúcho.

As primeiras cooperativas de crédito rural do Rio Grande do Sul foram criadas em 1902, a partir da inspiração do padre jesuíta Theodor Amstadt. A Caixa Rural de Nova Petrópolis figura entre as primeiras e permanece em atividade até hoje. No período de 1923 a 1938, ainda sob a influência do padre Theodor, foram criadas mais 26 cooperativas de crédito no Estado, todas baseadas no sistema idealizado por Friedrich Wilhelm, filho de pequenos agricultores alemães.

Iolanda Edelmira Teixeira integra a Assessoria de Comunicação e Educação da Credipel

A caminho da maturidade

A Organização das Cooperativas do Estado do Mato Grosso do Sul — OCEMS, promoveu no dia 7 de julho o V Encontro Estadual do Cooperativismo em comemoração ao Dia Internacional do Cooperativismo. O evento reuniu aproximadamente 150 pessoas, entre líderes cooperativistas, autoridades e políticos.

Na abertura do encontro, o presidente da entidade Ruy Barbosa Ferreira, fez uma reflexão sobre o momento que vive o cooperativismo brasileiro, lembrando que assim como o país ingressa agora numa etapa de sua história, também o cooperativismo nacional, que hoje congrega aproximadamente 3,5 milhões de cooperados, está caminhando para sua maturidade e para sua modernização. Ele ressaltou ainda, que através de uma luta incessante estão sendo atingidas as grandes metas do sistema como a informatização em rede nacional, a criação de uma "Trading Company" para as operações comerciais no mercado externo, a criação de um banco de cúpula, e a implantação definitiva da auto-gestão nas cooperativas.

Durante o encontro foram entregues também, diplomas aos deputados estaduais e federais que mais se destacaram como defensores do ideal cooperativista durante os trabalhos de elaboração das Constituições Federal e Estadual.

Arroz: plantio normal

Após dois anos de seca, com maior persistência na região, o município de Dom Pedrito organiza-se para retornar a cultivar um espaço que já é tradicional: 25 mil hectares de arroz. Pelo menos é o que prevê o engenheiro agrônomo Eloy João Cordero, chefe do escritório do Instituto Riograndense do Arroz, no município.

Ele revelou que com a normalização das chuvas, as 340 barragens existentes em Dom Pedrito já estão com 70 por cento de suas capacidades de irrigação, dando para prever o plantio normal de lavoura na próxima safra. Na última safra a área cultivada com arroz ficou reduzida a apenas 5.500 hectares, situação que foi imposta pela ausência de água para irrigação das lavouras. Essa redução de espaço reduziu uma produção de 570 mil sacos, apenas, quando a produção normal do município é, no geral, superior a 2,5 milhões de sacos por ano.

FALTA DE SEMENTE — Mas o agrônomo Eloy Cordero tem uma preocupação. Ele diz que para essa área toda ser cultivada, há necessidade de se resolver o problema com semente, se irá ou não haver disponibilidade das variedades mais cultivadas no município. Elas são: BR-IRGA 409, 410, 412 e Colombiano.

E paralelo ao problema da semente — diz Cordero, o arroz, como os demais produtos de origem agrícola, sofrem sérios problemas de

ordem conjuntural, em termos econômicos. E tudo isso, diz o técnico, por falta de uma política agrícola nacional. E exemplifica: há 30 dias passados o arroz estava cotado ao preço de Cr\$ 630,00 a saca. Hoje, apesar da inflação superior a dez por cento ao mês, conforme reconhecem os órgãos técnicos do próprio governo, o produto não recebe mais do que Cr\$ 570,00. A esses preços defasados fica muito difícil obter resultados econômicos compensadores com a cultura. Basta dizer que o custo de produção para a próxima safra do arroz já está cotado em Cr\$ 930,00 a saca de 50 quilos.

A INCÓGNITA DO REPASSE — Eloy Cordero reclama da falta de definição governamental em relação ao financiamento da lavoura. Isso, diz ele, deixa o produtor ainda mais confuso, pois não tem como se orientar. Há dúvidas se vai existir financiamento para a próxima safra, e em que volumes e condições. Tudo isso, somado, tem o efeito de refletir negativamente na atividade do orizicultor.

Todos já sabem que o arrozeiro trabalha uma lavoura cara, dada a técnica adotada e a infra-estrutura empregada no processo de irrigação. Mas é esse custo, renovado a cada ano, que dá segurança de produção. Mesmo assim o produtor está descapitalizado, tanto pela persistência da ocorrência de secas, como ocorreu nos últimos anos, ressaltou o técnico do IRGA.



Reunião realizada em Jóia, a presença de agricultores para ouvir a palestra de Lauro Schneid, foto ao lado



APSAT

Pequenas cooperativas

A necessidade dos produtores de uma eficiência maior na sua produção, levou os departamentos das unidades de Jóia e Augusto Pestana a organizarem uma reunião com produtores dos dois municípios para falar de experiências de cooperativismo em Santo Cristo. Convidado para relatar as experiências dos produtores de Santo Cristo, o engenheiro agrônomo da Emater de Santo Cristo, Lauro Schneid. Cerca de 100 produtores participaram da reunião realizada na sede da Afucotri de Jóia e teve a coordenação dos médicos veterinários Gilberto Kosloski e Jorge Pestana, de Augusto Pestana.

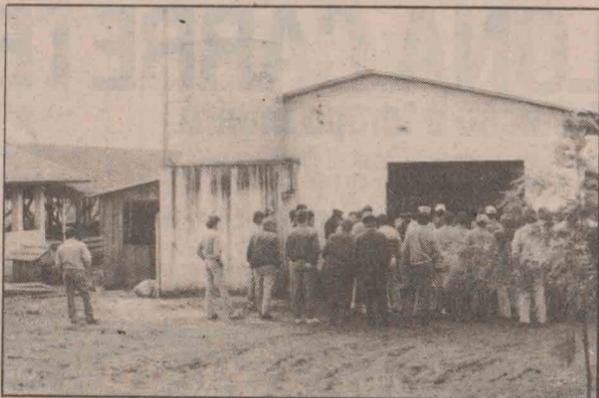
As Associações de Prestação de Serviços e Assistência Técnica, nascidas na Alemanha, por volta de 1958, eram conhecidas como "Círculos de Máquinas". Só que na Alemanha, as máquinas pertenciam aos agricultores e integravam a associação e não ao produtor, como acontece no Rio Grande do Sul. Alguns anos mais tarde, o idealizador dos "Círculos de Máquinas" mudou-se para o Rio Grande do Sul, onde criou, principalmente nas regiões de Santo Cristo e Lajeado, que o grande problema existente no meio rural era justamente a falta de máquinas. Sem pestanas, com auxílio de alguns agricultores, criou a primeira Apsat, com uma diferença: o produtor não era dono da máquina, mas o grupo a qual pertencia. "Uma Apsat, salientou Lauro Schneid, não deixa de ser uma pequena cooperativa que têm máquinas e serviços para os seus associa-

na verdade, segundo o agrônomo, no interior de Tenente Portela. A de Santo Cristo — possui ao todo 15 Apsat de suínos — foi a segunda criada no Estado e nasceu em 1984. Da primeira reunião de produtores — 70 estiveram presentes —, apenas 11 toparam participar da Associação. Como 11 era um número muito pequeno, cada um dos integrantes se responsabilizou por trazer mais um sócio. No final, a Associação foi criada com 19 agricultores. A segunda Associação de suínos de Santo Cristo só foi criada quatro anos mais tarde, em 1988, "tanto era o receio que os agricultores possuíam em criar uma Associação. Só depois que eles viram na prática, que a Apsat deu certo, é que tiveram a coragem de criar novas no município", salientou.

Mas como funciona uma Apsat de suínos?, quiseram saber os agricultores presentes a reunião. O número de leitões que uma Apsat abriga está relacionado com o porte das suas instalações. Para ter direito a engorda dos leitões, o associado compra o número de cotas que acredita ter condições de engordar na sua propriedade. Isso significa que o produtor não precisa manter uma porca criadeira na sua propriedade. Esses leitões só são distribuídos aos associados depois que atingirem 25 quilos de peso. "Essa é uma forma econômica de criar suínos", observou. A engorda final é feita na propriedade, às custas do produtor.

O grande problema de uma Apsat de suínos, alertou Lauro Schneid, é o investimento inicial. Depois a Associação flui normalmente e o produtor sempre vai ter suínos em engorda na propriedade. Apenas quatro Apsat de suínos de Santo Cristo envolvem 96 agricultores que são responsáveis por 35 por cento da produção do município.

VISITA — Mas a curiosidade dos agricultores de Augusto Pestana e Jóia não se resumiu às perguntas levantadas durante a reunião. Dois dias depois, eles formaram uma caravana — 40 de Augusto Pestana e 10 de Jóia — e foram até Santo Cristo dar uma olhada de perto no funcionamento das Apsats.



Agricultores de Augusto Pestana e Jóia Conferindo de perto uma das Apsats de Santo Cristo

EMATER — Da Secretaria da Agricultura, essas Associações passaram para a coordenação da Emater, e então, surgiram novas Apsat em Santo Cristo e Três de Maio, "sem o clima da necessidade dos agricultores resolverem problemas relacionados com a falta de maquinário", ressaltou Lauro Schneid.

Como exemplo da diversidade das Apsat, o agrônomo lembrou que em Torres, existe uma Associação de armazenamento e comercialização de arroz. "O grupo

possui três armazéns onde armazenam toda a produção até a época da comercialização". Outra Apsat que serve de exemplo, segundo Lauro é a de Barra do Ribeiro. Os associados da Apsat se reuniram para comercializar a produção de batata doce com a Emater. Eles possuem caminhões próprios e são os responsáveis pelo transporte do produto.

APSATS DE SANTO CRISTO — A primeira Apsat de suínos, nasceu,

A falta que faz a união

"Para nós, a Pátria é a América", havia proclamado Simón Bolívar, nem bem os ventos de independência começaram a soprar com maior insistência no Extremo Sul ao raiar do século XIX. Mas essa América bolivariana — imaginada tão grande quanto um grande Continente — foi aos poucos, inexoravelmente, se fracionando. Primeiro, a Gran Colômbia, seguida do Vice-Reino do Prata; a República Federativa da América Central, e a maior de todas as frações: o Vice-Reino do Brasil.

"Nunca seremos afortunados, nunca", profetizou, então, Bolívar, para quem a América Latina somente alcançaria a verdadeira independência mantendo-se num todo geo-político e econômico. E não foi o que aconteceu. Fracionada ao extremo, como convinha às potências europeias dominadoras, transformou-se num arquipélago de pequeninos países. Fracos, incultos, sem uma consciência real de nacionalidade e visão de suas próprias realidades perante o mundo.

Hoje, passados quase 200 anos, não podendo transformar as fronteiras geo-políticas do Continente, vamos tentar anular as fronteiras do isolacionismo em que, por puro complexo, nos temos mantido, com prejuízos imensos em termos econômicos e culturais.

INTEGRAÇÃO DO CONE SUL — Se depender da vontade dos jornalistas dos países que formam a geografia do Cone Sul da América, essas barreiras serão, aos poucos, anuladas. Foi com essa intenção que o governo do Estado promoveu em Porto Alegre, através da Secretaria Especial de Comunicação Social, de 17 a 20 de junho, o Seminário Comunicação Anos 90 — A Integração do Cone Sul.

Numa época em que o mundo se regionaliza em blocos estanques, visando a proteção de interesses comuns em áreas políticas e geo-econômicas afins, de que temos os maiores exemplos no Mercado Comum Europeu e Estados Unidos-Canadá-México, o Cone Sul da América não poderia permanecer apático e indiferente em seu isolacionismo. Conforme assinalou em sua palestra na abertura do Seminário, o secretário de Comunicação Social, jornalista José Antonio Vieira da Cunha, "Nós, gaúchos, fazemos fronteira com os irmãos argen-

tin, uruguaios, estamos próximos dos paraguaios e queremos nos aproximar mais ainda, dos irmãos chilenos. Tanto que um projeto ao qual damos especial atenção é o da construção da ponte entre os municípios de São Borja e Santo Tomé, na República Argentina".

VÍNCULOS CULTURAIS — Essa importante obra de engenharia, na sua gigantesca estrutura de concreto e aço, sem dúvida, será mais um elo de união material com o importante país irmão. No entanto, muito mais importante do que as obras materiais, será uma real e intensificada aproximação cultural entre as nações da região. Não é possível desconhecer a existência de um espírito de idiosincrasia entre as diversas nacionalidades que habitam a região. Alimentado, há anos, por um tolo complexo de rivalidade sócio-cultural, e até por pretensa hegemonia militarista, esta última, felizmente, já ultrapassada, teve o efeito maléfico de nos manter tão distantes em nossas identidades culturais, quando tudo tende a nos aproximar.

A própria língua, pela bem aproximada semelhança entre os dois idiomas, não serve de divisor. Antes de qualquer outra consideração, pode até servir de atrativo para nos integrarmos. Por acaso já não está sendo idealizado um novo idioma por consenso popular: o portunhol?

UMA REGIÃO PROMISSORA — Ao discursar na solenidade de abertura do Seminário, o governador Synval Guazzelli enfatizou a importância de uma real integração regional. Com relação ao interesse específico do Rio Grande do Sul, disse Guazzelli: "Direcionamos a soma maior de nossas iniciativas para colocar nosso Estado em condições de corresponder aquilo que parece ser o destino desta terra: o centro geo-político e econômico da região mais rica e promissora da América Latina. O Cone Sul, hoje, já é responsável pela geração de dois terços do Produto Interno Bruto da América Latina. Brasil e Argentina, por exemplo, possuem juntos uma superfície territorial igual a da República da China, 170 milhões de habitantes e um PIB de 380 milhões de dólares ao ano".

RECONHECIMENTO DAS DIFERENÇAS — Mas as próprias autoridades parecem estar conscientes que é

necessário algo mais do que interesses econômicos para o estabelecimento de vínculos duradouros nesse desejado intercâmbio. E os jornalistas, mais que ninguém, sabem que é preciso estabelecer uma maior afinidade entre as diversas nacionalidades. E os meios de comunicação — jornais, rádio-emissoras e televisões — são elementos fundamentais para o êxito desse projeto.

Hoje, já se sabe que as vinculações apenas no plano comercial, não são suficientes para manter um nível de intercâmbio permanente. Os negócios e os interesses que se originam deles, são sa-

zonais. Só o intercâmbio, quando enraizado na consciência coletiva, isto é, quando expressado pela vontade natural dos cidadãos, é permanente. E isso deve ser buscado, incessantemente, se desejarmos um sul-americanismo de intercâmbio contínuo.

ALALC E ALADI — Faz 30 anos que buscamos uma integração sul-americana, só que calcada em vínculos comerciais. Em 1960 criou-se a Alalc — Associação Latino-Americana de Livre Comércio, que rendeu poucos resultados práticos. Substituída mais recentemente pela Aladi — Associação Latino-Americana de Integração — permanece

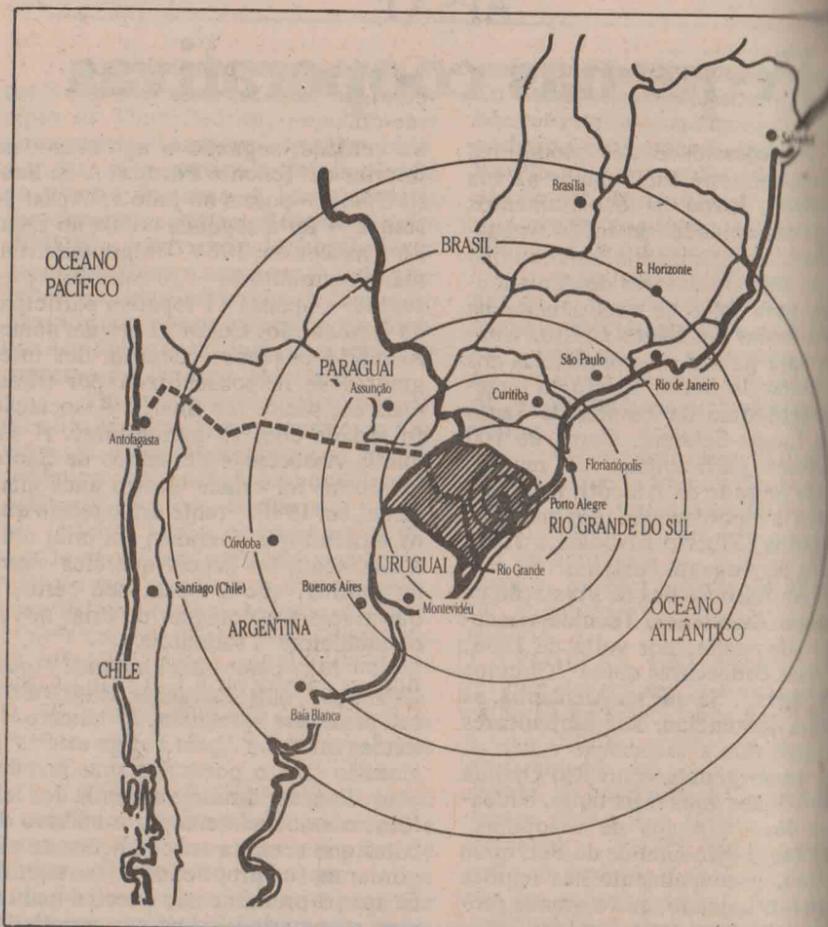
um intercâmbio que se arrasta sem maior expressão, apesar de estar integrada por nada menos de onze países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

No entanto, mesmo na área especificamente comercial, ainda existem boas perspectivas a médio prazo. O chanceler argentino Domingo Cavallo acredita que, em cinco anos, haverá uma zona global de livre comércio na América Latina. E, em prazo mais curto, no Cone Sul, um verdadeiro mercado comum nos moldes do que é praticado na Europa.

INFORMES DE GRUPO

— Paralelamente às conclusões pronunciadas por jornalistas convidados e autoridades do Estado, como o governador Synval Guazzelli, foram criados seis grupos de trabalho compostos por jornalistas e profissionais de outras áreas. As sugestões feitas por esses grupos fizeram parte integrante das conclusões do seminário.

O Seminário Comunicação Anos 90 foi realizado pela Fundação Educacional Padre Landell de Moura, numa promoção do governo do Estado e apoio da Secretaria Extraordinária Assuntos Internacionais.



Posição do Rio Grande do Sul no centro geográfico da região

LONA CARRETEIRO

Proteção o tempo inteiro

No campo e na cidade, na chuva ou no sol, proteja melhor tudo que você quiser com Lona Carreteiro!

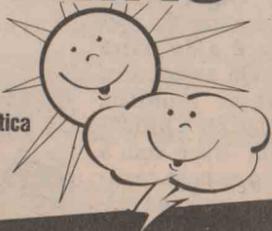
Lona Carreteiro é mais durável

- Porque é resistente
- Porque é 100% impermeável
- Porque tem ilhoses plásticas de metro em metro que não enferrujam nem rasgam a lona

Lona Carreteiro é mais prática

- Porque é leve e maleável
- Porque tem uso múltiplo
- Porque é encontrada em 14 tamanhos

Lona Carreteiro



itap S.A. divisão do paraná
Mais informações fone: (011) 268-2122

CALENDÁRIO

FRUTICULTURA

Alternativa de futuro

Com a participação de mais de cinquenta técnicos, pesquisadores e produtores rurais, foi realizado no município de Dourados, o 2º Curso de Fruticultura Tropical, promovido pela Universidade de Mato Grosso do Sul e pela Sociedade Brasileira de Fruticultura.

De acordo com o coordenador do curso, o agrônomo José Luiz Fornasieri, o curso despertou um enorme interesse e a atividade pode representar uma alternativa econômica para os municípios do Estado, que não conseguindo se desenvolver. A fruticultura não está oferecendo a mesma produtividade de antigamente, prosseguindo, e por isso é necessário que se apresentem outras opções para o agricultor. Entre essas opções ele destaca a fruticultura e a oleicultura.

Para o agrônomo, a atividade é uma alternativa economicamente viável para médios e pequenos produtores.

res, e permite a fixação do homem ao campo, mas reconhece que o custo de implantação, principalmente de culturas perenes, é bastante alto. O ideal, prossegue, é que o agricultor, pelo menos nos primeiros anos, intercale com outras culturas temporárias, que lhe permitam um retorno financeiro mais rápido.

Fornasieri reconhece que a produção de frutas em escala comercial no Estado ainda é uma atividade muito precária, mas ressalta que essa situação deve se alterar nos próximos anos, devido ao enorme potencial de consumo existente. Hoje, Mato Grosso do Sul importa de outras regiões 80 por cento das frutas consumidas no Estado, mas apresenta condições para ser auto-suficiente.

Entre as culturas tropicais indicadas para a região, o agrônomo destaca o abacaxi, o abacate, a manga e também a laranja, mas a citricultura enfrenta ainda o problema do cancro cítrico, que não foi erradicado do Estado. É preciso que a atividade seja estimulada, continua, para num primeiro momento atender a necessidade do mercado interno, e posteriormente poderá se incentivar a fabricação caseira das frutas, transformando-as em geleias, doces e pastas. E com o potencial que Mato Grosso do Sul apresenta, a longo prazo é possível até mesmo a exportação de frutas para outros mercados, calcula ele.

A semente para uma fruticultura próspera está lançada, afirma Fornasieri, e agora é preciso que ela se desenvolva e se frutifique. Para isso ele considera que é necessária a implantação de uma política direcionada para a área e também uma maior integração entre a pesquisa e a extensão rural.

VACINAÇÃO ANTI-TETÂNICA

Cumprida etapa inicial

Apesar de alguns contratempores, foi encerrada com sucesso, no final de maio, a 1ª etapa da campanha de vacinação anti-tetânica, desenvolvida junto aos funcionários e associados da Cotrijuf no Mato Grosso do Sul. Segundo a enfermeira Telma Ramires, da Assessoria de Comunicação que coordenou a campanha, o trabalho foi um pouco prejudicado por que durante três comandos de vacinação choveu incessantemente na região, e além disso houve também problemas de racionamento de combustível no mês passado, quando a crise do álcool atingiu seu momento mais grave.

Mesmo assim, foram aplicadas 6.326 vacinas, atingindo-se um percentual de 90,37. O objetivo era vacinar cerca de sete mil pessoas entre funcionários, seus dependentes, associados e familiares e também funcionários

de associados. A receptividade para a campanha foi ótima e muitos foram os elogios pela iniciativa, diz Telma.

Em todas as localidades houve uma participação bastante expressiva, mas ela destaca a Unidade de Sidrolândia, onde foi ultrapassado com 39,41 por cento o objetivo proposto.

A campanha que conta com o apoio da Secretaria Estadual de Saúde que forneceu as vacinas, terá prosseguimento no mês de julho, quando será aplicada a segunda dose e terminará em setembro com a aplicação da terceira e última dose.

A Assessoria de Comunicação ressalta que durante a segunda etapa no próximo mês, será obedecido o mesmo roteiro e lembra que ninguém pode esquecer de levar sua carteirinha quando for aplicar a segunda dose da vacina anti-tetânica.

DOM PEDRITO

Feira do Terneiro em novembro

A promoção é da Emater, Cotrijuf, Inspetoria Veterinária e Sul Remates

O município de Dom Pedrito não promoveu sua tradicional Feira de Terneiros de Outono, por culpa das incertezas motivadas pelo Plano Collor. Mas em compensação, no dizer do chefe do escritório local da Emater, veterinário Carlos Requião, vai promover uma grande feira em novembro, para a qual o Núcleo Pedritense de Criadores de Terneiros já está trabalhando.

A promoção do evento, como vem ocorrendo há anos, é da Emater, Cotrijuf, Inspetoria Veterinária, órgão da Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Sul Remates.

Nos próximos dias, segundo informou o veterinário Carlos Requião, vai ser lançada campanha de estímulo para que os criadores providenciem a castração dos terneiros, por ser uma exigência do regulamento da feira. A melhor época para a castração, diz Requião, é durante os primeiros dias de vida do terneiro. É o que os técnicos chamam de "castração na macega", mais prática, e eficiente e que não causa traumas nos animais, diz o técnico.

CUSTOS

O uso do maquinário

O plantio das culturas de inverno já está em andamento. Neste tempo de falta de liquidez, no entanto, é preciso ficar de olho nos gastos. A tabela abaixo dá uma idéia de quanto um produtor pode gastar com o uso das máquinas para preparar a terra, semear, combater os insetos e fazer a colheita

CUSTO DAS OPERAÇÕES DE MÁQUINAS EMITIDO EM 15.05.90 - DIRETORIA AGROTÉCNICA

Num	Máquina/Equipamento	Depreciação	Seguro	Manut./Reparos	Combustível	Custo H/T	Custo H/A	Custo H/E	Custo T/H	Ha/Hora	Custo/Ha
001	Trator 62 CV	198,05	1,75	139,80	108,00	447,60	0,00	0,00	447,60	0,00	0,00
002	Trator 77 CV	230,95	2,04	163,02	126,00	522,00	0,00	0,00	522,00	0,00	0,00
003	Trator 82 CV	256,19	2,26	180,84	144,00	583,29	0,00	0,00	583,29	0,00	0,00
004	Trator 95 CV	286,54	2,53	202,26	162,00	653,32	0,00	0,00	653,32	0,00	0,00
005	Trator 110 CV	331,93	2,93	234,30	216,00	785,15	0,00	0,00	785,15	0,00	0,00
006	Trator 118 CV	371,62	3,28	262,32	234,00	871,22	0,00	0,00	871,22	0,00	0,00
020	Automotriz 110 CV	964,80	9,05	723,60	252,00	0,00	1.949,45	0,00	1.949,45	0,90	2.166,06
021	Automotriz 123 CV	1.014,40	9,51	760,80	270,00	0,00	2.054,71	0,00	2.054,71	0,90	2.283,01
027	Arado 3 discos	61,33	0,24	27,26	0,00	0,00	0,00	88,83	672,12	0,48	1.400,25
028	Arado 4 discos	77,39	0,30	34,40	0,00	0,00	0,00	112,09	695,38	0,48	1.448,71
030	Grade aradora 16 discos	145,80	0,57	64,80	0,00	0,00	0,00	211,17	794,46	1,06	749,49
031	Grade aradora 22 discos	166,02	0,65	73,79	0,00	0,00	0,00	240,45	823,74	1,06	777,11
032	Grade niveladora 32 discos	103,32	0,40	45,92	0,00	0,00	0,00	149,64	732,93	1,59	460,96
033	Grade niveladora 36 discos	122,73	0,48	54,55	0,00	0,00	0,00	177,76	761,05	1,59	478,65
034	Subsolador P 5 pés	34,09	0,13	15,15	0,00	0,00	0,00	49,38	632,67	0,76	832,46
035	Subsolador - T 5 braços	52,74	0,21	23,44	0,00	0,00	0,00	76,38	659,67	0,32	2.061,47
036	Semeadeira adubadeira 13L	173,86	0,68	96,59	0,00	0,00	0,00	271,12	854,41	1,77	482,72
037	Semeadeira adubadeira 15L	189,71	0,74	105,39	0,00	0,00	0,00	295,84	879,13	1,77	496,68
038	Plantadeira - D 5 sulcos	213,92	0,83	118,85	0,00	0,00	0,00	333,60	916,89	0,93	985,90
039	Plantadeira - D 6 sulcos	233,42	0,91	129,68	0,00	0,00	0,00	364,00	947,29	0,93	1.018,59
040	Distribuidor calcário 1 T	85,16	0,33	47,31	0,00	0,00	0,00	132,81	716,10	0,93	770,00
041	Distribuidor calcário 5 T	105,58	0,41	58,66	0,00	0,00	0,00	164,65	747,94	1,55	482,54
042	Terraceador B estricta 2D	53,91	0,21	23,96	0,00	0,00	0,00	78,09	661,38	0,37	1.787,51
043	Terraceador Base Larga	86,04	0,33	38,24	0,00	0,00	0,00	124,61	707,91	0,22	3.217,77
044	Capinadeira mecânica 6 pés	34,50	0,13	15,33	0,00	0,00	0,00	49,96	633,25	1,24	510,69
045	Pulverizador Jacto 600 L	139,16	0,54	61,85	0,00	0,00	0,00	201,55	784,84	1,64	478,56
046	Pulverizador Jacto 2.000 L	219,24	0,85	97,44	0,00	0,00	0,00	317,53	900,82	1,64	549,28
047	Atomizador Jacto 400 L	99,20	0,39	44,09	0,00	0,00	0,00	143,68	726,97	1,64	443,27
048	Carreta agrícola 6 T	58,18	0,24	20,53	0,00	0,00	0,00	78,95	662,24	1,33	497,92

LANÇAMENTOS

Ciba e Squibb lançam novo produto



Oxivet La, o novo produto recomendado para o gado de leite

A união de duas empresas - Ciba e a Squibb - já está rendendo frutos. O Oxivet La, um avançado antibiótico de ação prolongada. Ou mantém sua atividade antibiótica durante 4 a 5 dias. O Oxivet La é especialmente indicado para o tratamento do leiteiro e apresenta, ainda, as seguintes vantagens:

1. Elimina a necessidade de injeções repetidas;
2. Reduz o stress do animal;
3. Aumenta o número de visitas do veterinário e facilita o dia-à-dia do criador.

4. Não irrita e não causa abscesso esquelético local da injeção.

Maiores informações sobre o Oxivet La pode ser obtida através de consultas feitas às filiais Ciba/Squibb nos seguintes telefones: Belo Horizonte (031) 335-3088; Porto Alegre (0512) 40-7022 e São Paulo (011) 240-1011, ramais 2331 e 2332.

Aproveitar melhor o mercado conquistado na região. Essa é a meta da Cotrijuí, pretendendo deixar de lado a condição de simples vendedora de peixe na Semana Santa. Para explorar melhor o mercado, foram definidas algumas prioridades que visam não apenas um aumento da produção, mas que também podem transformar totalmente a atividade na região

Novos rumos

A discussão da piscicultura na Cotrijuí é quase tão antiga quanto a da diversificação. Na verdade, o seu encaminhamento e posição conquistada na região como mais uma alternativa econômica dentro da propriedade não deixa de ser um reflexo da discussão de que diversificar é preciso. Mas quando o Cotrijuí falou em peixe de açude pela primeira vez, lá por volta de 1978, ela pretendia apenas contribuir para que a alimentação no meio rural fosse melhorada através da introdução mais sistemática da carne de peixe na dieta do agricultor.

Numa segunda fase, já mais adiantada e um pouco distante daquela primeira proposta, a Cotrijuí passou a oferecer treinamentos e orientar produtores em relação a construção e manutenção de açudes, manejo, alimentação e espécies apropriadas. "Esses treinamentos, recorda o técnico agrícola Altamir Antonini, supervisor do Programa de Piscicultura da Cotrijuí, atingiam apenas aquela parcela de produtores que começavam a apresentar uma produção maior de que as necessidades reais do consumo."

PONTO DE REFERÊNCIA — Partindo desta proposta modesta, a Cotrijuí jamais poderia imaginar que, alguns anos mais tarde, se veria às voltas com uma atividade que tem mercado garantido na região e que, mesmo não tendo ainda atingido o total da sua potencialidade produtiva, já vem apresentando uma produção de 32 toneladas por ano.

Entusiasmado com a produção

"O peixe não enriquece produtor nenhum, mas enriquece a propriedade", costuma dizer o seu Edgar Prauchner numa referência a importância que a piscicultura deve receber dentro da propriedade. Seu Edgar e mais o filho Ediolar, são proprietários de 180 hectares de terra localizados em Linha 15 Norte, interior de Ajuricaba. Os Prauchner são exemplos práticos de produtores que vêm investindo na piscicultura por entendê-la como mais uma alternativa economicamente viável dentro do sistema produtivo. Razões é que não faltam aos dois produtores para serem tão otimistas em relação a piscicultura. Só neste ano, por exemplo, tiraram de apenas um dos cinco açudes existentes na propriedade, cerca de 5 mil quilos de peixes.

A piscicultura não é uma atividade recente na propriedade dos Prauchner. Mas ela só começou a canalizar maiores investimentos depois que a Cotrijuí introduziu na região novas espécies de carpas. "Com a carpa comum, diz o seu Edgar, o rendimento era muito pequeno. Levava quase dois anos de trato para tirar uma produção boa". Entusiasmado com a produção e planejando novos investimentos na atividade, como a reforma de um antigo açude, o seu Edgar conta que neste

"A Cotrijuí transformou-se num ponto de referência em termos de comercialização de peixes de açude na região", observa Altamir.

Com lugar conquistado e espaço definido ao lado da integração lavoura e pecuária, a piscicultura hoje, dentro da Cotrijuí, se prepara para tomar um outro rumo. "Nós chegamos a um ponto em que todas as atividades precisam avançar para tomarem-se viáveis tanto para a cooperativa como para o produtor", observa o supervisor da Estação de Piscicultura.

Diante das perspectivas de mercado que se ampliam e até do conceito já adquirido na região, a Cotrijuí terá, obrigatoriamente que optar por algumas prioridades que permitam um maior avanço da piscicultura. "Ou avançamos na atividade ou ficaremos relegado à condição de simples vendedores de peixe durante a Semana Santa", diz Altamir buscando um programa mais abrangente, que ofereça segurança ao produtor durante todo o ano e à cooperativa a nível de comercialização. Com uma atividade bem programada, a Cotrijuí terá condições de se estruturar melhor, tanto a nível de recebimento do produto, como a nível de comercialização", garante.

AS PRIORIDADES — Mas para que a Cotrijuí deixe de ser uma simples vendedora de peixe na Semana Santa e se transforme num ponto de referência em termos de comercialização para todo o ano, algumas prioridades estão

ano, as carpas capim e prateada alcançaram um rendimento médio de quase 4 quilos. A carpa espelho alcançou, no final de 17 meses de trato, dois quilos de peso. "É uma média boa, ainda mais considerando que, se comparada com outras atividades, como a suinocultura, por exemplo, a piscicultura tem um custo bem menor".

CUSTO BAIXO — É justamente a questão dos custos, aliado ao rendimento obtido por hectare, que vêm entusiasmando ainda mais os dois produtores. "O Peixe não é um animal enjoado para comer. Todo o trato que não serve para os demais animais, pode ser fornecido aos peixes", avalia. Além dos resíduos do chiqueiro — eles possuíam na época da engorda dos peixes cerca de 30 suínos — os Prauchner forneceram ainda, de alimento, 200 sacos de aveia, 50 sacos de soja estragados, abóbora e pastagem. "O esterco, ensina, é o grande aliado na luta pelo barateamento dos custos de produção". A receita bruta dos Prauchner, obtida com a venda dos peixes, chegaria, hoje, a quase Cr\$ 400 mil, o que corresponderia a mais de 600 sacos de soja.

Mas uma boa produtividade só



A abertura de novos açudes na região é uma das prioridades da Cotrijuí... que busca não apenas aumentar a produção, mas regularizá-la, estendendo-a para todo o ano.

sendo apontadas, na busca desta nova postura em relação a atividade. Entre as prioridades levantadas pela cooperativa "nessa mudança de perfil da atividade", o Altamir cita a questão da abertura de novos açudes e da reconstrução dos antigos. Essa atitude, no seu entender, pode representar um significativo aumento na produção de peixes na região, e que vem aliada a uma seleção de produtores em condições de conduzir com dedicação a atividade.

Melhorar o acompanhamento técnico dos açudes selecionados e treinar produtores e técnicos de forma que se possa alcançar um aprimoramento dos sistemas de manejo são também, prioridades que vêm sendo apontadas como imprescindíveis à atividade. O Altamir levanta ainda a questão da necessidade de verticalizar a produção a nível de açudes, "não só com o benefício das novas espécies mas também com a melhoria da alimentação e do manejo. Queremos transformar a piscicultura num ato de cultivo e não num simples

ato de coleta, reforça referindo à necessidade do produtor aumentar a produtividade por hectare de água.

Juntam-se a estas prioridades uma melhoria qualitativa e quantidade da produção de alevinos das espécies variedades que melhor dessem e possam oferecer para o produtor. A intenção da cooperativa é proporcionar a entrega destes alevinos aos produtores que naturalmente especializam a sua produção com a cooperativa. A colocação em prática das prioridades já é um passo e tanto a direção de uma nova postura frente a piscicultura na região. "A nossa meta é produzir peixes durante todo o ano para isso temos mercado garantido e força. Para alcançar essa meta, o produtor se organizar um pouco melhor, a nível de propriedade.



A despesca na propriedade de Edgar Prauchner. Produção de 5 mil quilos.



Hédio Weber e o sogro, seu Alberto. Exemplos com 14 meses de cultivo.

Manejo e dedicação

Hédio Weber é um dos produtores para quem a piscicultura é uma atividade alternativa, mas economicamente rentável dentro da propriedade. Com um açude de apenas mais de 0,4 hectares e uma profundidade de 1,40 metros, localizado em São Jacó, interior de Santo Antônio, o seu Hédio obteve, neste ano, uma tonelada de peixes em piscicultura com carpas comum, capim e praticando ainda o pacu. Os peixes são alimentados com grãos de aveia, milho verde e resíduos de suínos.

A receita de seu Hédio para o sucesso na criação de peixes, em sua propriedade conta com o trabalho do sogro, o seu Alberto, está centrado no manejo adequado e na dedicação. Esse foi o conselho dado pelo produtor num dia de campo sobre piscicultura, realizado na sua propriedade, no mês de junho passado.

é alcançada, segundo os dois produtores, com um bom manejo dos açudes e

uma alimentação adequada. Antes de povoar o açude, no início do ano passado, os Prauchner calcariaram a área, utilizando cerca de 7 toneladas de calcário. Ainda usaram 500 quilos de adubo e mais 200 quilos de supertríplo. Este ano vão repetir a operação. Só estão esperando o tempo seguro para colocar o calcário e o adubo. "Criar peixes é como fazer plantação. Os cuidados são parecidos", observa.

AUMENTAR A PRODUÇÃO — Satisfeito com os resultados obtidos neste ano, seu Edgar e o Ediolar já estão planejando a atividade. Em vez de um açude, pretendem utilizar dois — um de 2,5 hectares e outro de dois 2 hectares —, onde pretendem colocar cerca de seis mil alevinos. Os outros três açudes, bem menores, servem de reservatório para o período de despesca. "A nossa meta, diz, é aumentar ainda mais a produção".

Cotrisol

Elaboração e datilografia: Mariluz da Silva Lucchese

CARACÓIS E BORBOLETAS

Ana Maria Machado

Era uma vez um jardim, dos bonitos, cheio de vida em cada canto. Com flores, folhas, passarinhos, cigarras, joaninhas, sementes ao vento, musgo. E, evidentemente; muitas borboletas, com as mais variadas cores e jeito de voar.

Tinha também lagartas, é claro, que viviam com sua maneira lagarteante de viver. Comiam, comiam, andavam por todo lado, olhando, guardando na memória as cores e os desenhos de tudo que viam. O brilho do orvalho na grama, a luz do sol nas penas do beija-flor, o colorido das flores. Depois, teciam um casulo só para elas, não falavam com ninguém e ficavam quietinhas, sem conversar, tecendo e tecendo. Fazendo fios e mistérios. Mágica e encantamento. No fim de um tempo, saíam dos casulos. Mas

af, já eram borboletas. Puro deslumbramento e beleza.

Mas isso foi mudando. Um dia os bichos repararam. E falaram assim, é só vocês imaginarem quem disse o quê.

— Cadê as borboletas?

— Tem algumas por aí...

— É... mas elas estão sumindo.

Só tem é mariposa. Cinzentas, pretas, cor de tronco, mas quase não tem mais borboleta colorida no jardim.

— Será que não tem mais lagarta?

— Será que os passarinhos comeram todas?

— Será que alguém botou veneno nelas?

Resolveram perguntar à coruja. E ela, antes de responder, saiu fazendo pergunta a todo mundo. Até que descobriu e explicou:

— Não é só passarinho que quer viver, nem veneno que só quer matar. As lagartas estão bem. O problema é o caracol.

— O caracol? Todo mundo se espantou, até ele.

— E. Caracol anda devagar e não vai muito longe. Então fica puxando conversa até se distrair.

— Mas isso é bom, a gente bate papo. E ele diverte os bichos pequenos.

Então, a coruja explicou que era muito bom para os outros, mas muito ruim para as lagartas. Porque o caracol tinha mania de perguntar a elas:

— Como é que você consegue virar uma borboleta tão linda? Como é que tem idéia para fazer umas asas tão coloridas e voar feito um suspiro tão leve?

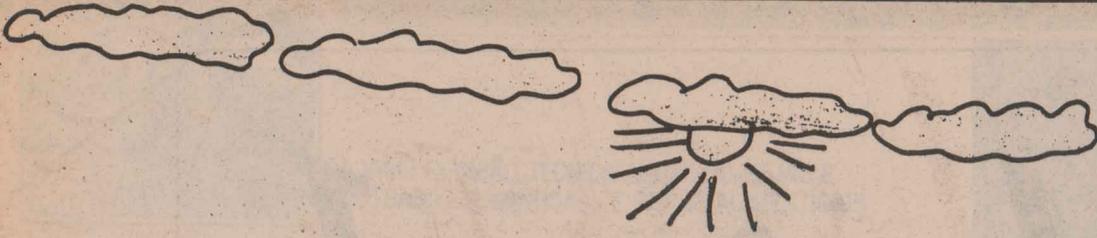
Lagarta não sabe responder, só sabe virar borboleta. Af, elas ficam pensando, reparando no jeito de tecer, na maneira de enrolar o fio, querendo desmanchar os mistérios de seus casulos. Esqueciam de prestar atenção nas cores do jardim, das luzes, na brisa e na vida dentro delas. Ficavam paradas, procurando resposta

para o caracol, sem coragem de se fecharem nos seus casulos para não parecerem indelicadas, sem jeito de saírem pelo jardim comendo e olhando e deixarem o caracol falando sozinho.

E não conseguiam mais virar borboletas.

Não sei se o palpite da coruja adiantou alguma coisa. Mas, parece que, pelo menos, alguns caracóis e bichinhos começaram a pensar coisa que eles podem fazer muito bem, melhor que lagarta. Tomara que dê certo, porque borboleta pode fazer muita falta, se as lagartas começarem a fazer o serviço de caracol. Até mesmo no nosso jardim...





Sandra Schneider.

A Galinha

Os pintinhos nascem de ovos.
A galinha é útil para nós; ela dá carne, penas e ovos.
E é nociva, ela pica.
A galinha come milho, trigo, soja, ração, repolho, etc.
O lugar onde a galinha vive é o galinheiro.
A galinha é preta.
A galinha é bonita.

Sandra Schineider.



Leandro Frantz

A Vaca

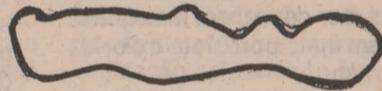
A vaca nasce de dentro do corpo da mãe.
A vaca é útil porque dá o leite e a carne.
A vaca vive no galpão.
Ela come milho, pasto, palha de soja, mandioca e ração.
O nome dela é Salina.
É nociva porque avança.
Eu sei que a vaca é muito útil.

Leandro Frantz.

O Porco

O porco é útil porque nos fornece carne e banha, ele mora no chiqueiro.
Ele se reproduz dentro da mãe, ela come farelo, pasto, mandioca e abóbora.
O porco também é nocivo porque ele pode morder com os dentes.
Seu esterco dá para usar na horta.
Ele é vertebrado.

Cheila Cristina Müller.



Cheila Cristina Müller



O Cão

O cão cuida da casa, toca as vacas e dá cachorrinha.
O cão é o pai e a cadela a mãe.
Os cachorros comem mandioca, arroz e milho.
O cachorro é amigo do homem, mas não das pessoas.
Os cachorrinhos nascem de dentro da mãe e são mamíferos quando pequenos.
Os cães fazem buracos.
Os cães nascem, crescem, se reproduzem e morrem.
Os cachorros vão junto caçar lebrão.
Os cães transmitem doenças.
O cão mata cobras.
O cão obedece o homem.
Os cachorros brincam.

Cláudia Regina Schneider.

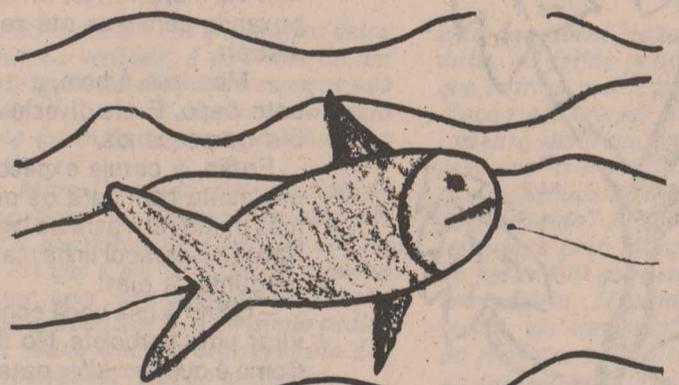


Marcelo Schimitt

O Pássaro

O pássaro é uma ave que voa.
O pássaro é uma ave que tem o corpo coberto de penas, nasce de ovos, se alimenta de bichinhos e minhocas.
O pássaro pertence à classe das aves.
Ele é nocivo porque ele pode comer legumes e hortaliças.
Ele é útil porque fornece a carne; tem um bico e duas pernas.
A coruja é uma ave muito linda, ela tem olhos grandes para ver o escuro.

Marcelo Schimitt.



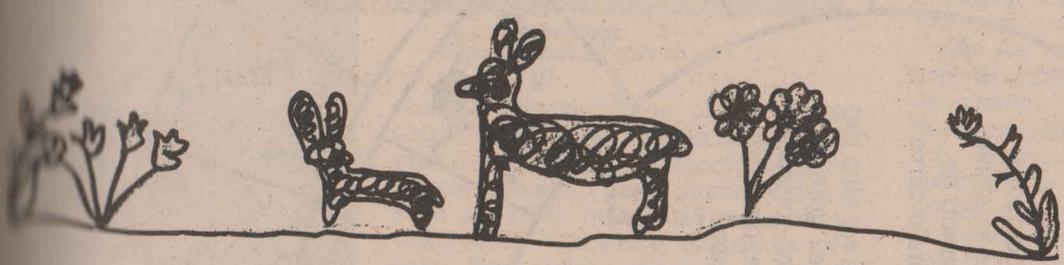
Giovani Haupt

O Peixe

O peixe nasce de ovos e é coberto de escamas.
O peixe vive na água.
O peixe é um animal vertebrado, pertence à classe dos peixes e vive em cardume.
O peixe se alimenta de minhocas e carangueijo.

Giovani Haupt.

Página do Leitor



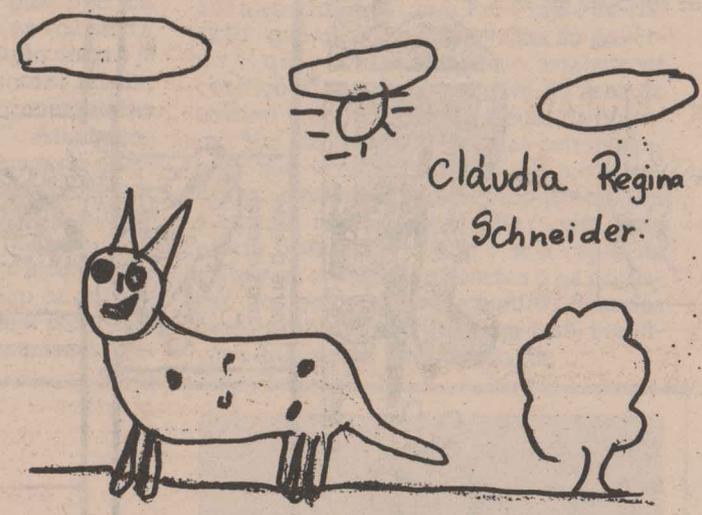
O Coelho

- O coelho nos dá carne e lã.
- O coelho é da classe dos mamíferos.
- A característica do coelho é a carne.
- O filhote nasce de dentro da barriga da mãe.
- O coelho se alimenta de cenoura, funcho, etc.
- O coelho vive no cativeiro ou solto.

Os Animais

- Os animais que possuem ossos, são vertebrados.
- Os outros, que não possuem ossos, são invertebrados.
- Os animais crescem, se reproduzem e morrem.
- Cada animal possui uma classe.

Luci e Giocer.



Claudia Regina Schneider.

O Gato

- O gato nasce, cresce, reproduz-se e morre.
- O gato se desenvolve dentro do corpo da mãe.
- O gato tem a pele coberta de pêlo.
- O gato é útil para caçar ratos e é nocivo quando arranha.
- O gato se alimenta de feijão, arroz, mandioca, pão, rato e leite.
- O habitat do gato é o galpão e também o terreiro.
- O gato pertence à classe dos mamíferos, isto é, dos que mamam.
- O gato dorme de dia e caça de noite.
- O gato é um animal quadrúpede.

Sandra Raquel Heuser.



Sandra Raquel Heuser.

A Ovelha

- A ovelha é mamífero porque mama.
- A ovelha sai do corpo da mãe dela.
- A ovelha também dá muitos alimentos como carne, sebo e também a lã.
- A ovelha se alimenta de pasto, milho, abóbora e também bebe água.
- Com a lã da ovelha dá para fazer coberta, travesseiro, casaco de lã e mais coisas ainda.
- A ovelha mora no potreiro.
- O pai tinha uma vez um rebanho de ovelhas e daí os cachorros do vizinho começaram a matar.
- Aí o pai matou e nós aproveitamos a carne para comer, e o couro secamos para fazer pelego.
- E também a ovelha é útil ao homem porque dá muitas coisas.

Lovane Ines Weimer.

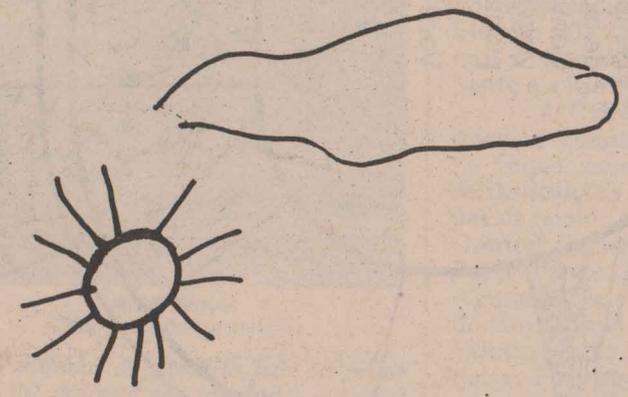
EDITORIAL

As férias de inverno estão se aproximando. Aproveitem bastante este tempo para ler, jogar o jogo da Revista Alegria que está na página de passatempo e também para produzir histórias, brincadeiras, poesias, passatempos para o Cotrisol. Aguardo produções de vocês.

Mariluza.

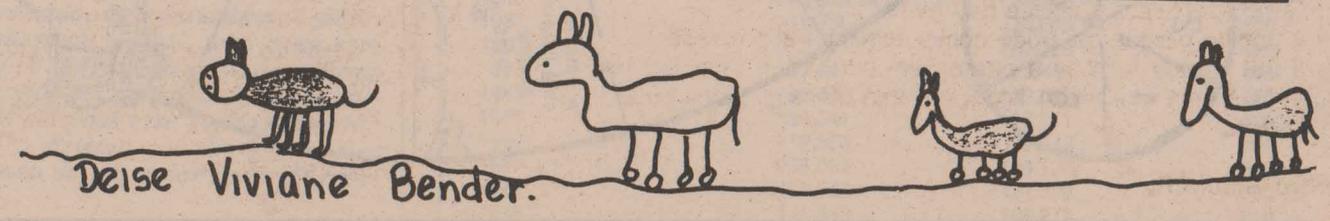
Abelha

- A abelha é útil porque nos fornece mel para remédio.
- A abelha tira o néctar da flor.
- A abelha é útil porque fornece mel e é porque tem ferrão.
- Os filhotes nascem de ovos.
- O pai botou uma caixa de abelha e um enxame.
- As abelhas fizeram o mel e meu pai tirou o mel.
- Eu gosto de mel.

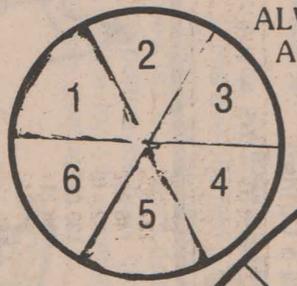


- O coelho fornece carne, ovos e penas.
- O coelho vive no lago.
- O coelho, milho, bichinhos...
- O Márcio tem uma pata que tem...
- Ele trata-os todos os dias e são...
- Com as penas da pata podemos fazer travesseiros.

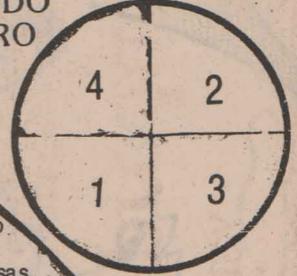
Alma Botura.



Deise Viviane Bender.



ALVO DO AVIÃO



ALVO DO CARRO



CORRIDA CONTRA O TEMPO

Nesta corrida maluca você vai andar de bicicleta, trem, carro e avião. Convide um amigo e embarque nesta viagem emocionante. Quem chegará primeiro?

Você precisa de:

- 2 botões diferentes
- 1 clipe
- 1 lápis

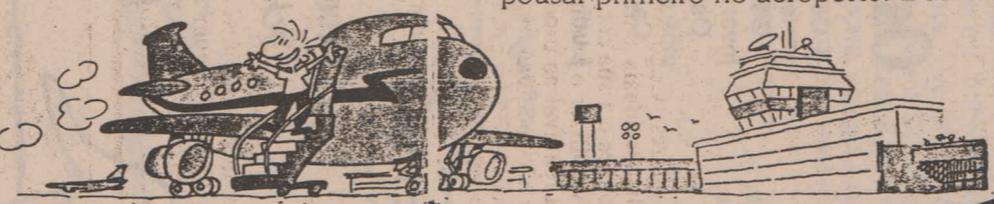


Como jogar:

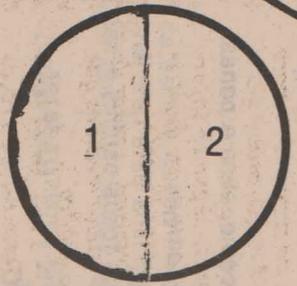
1. Cada meio de transporte tem sua velocidade (número de casas a ser andado) indicada nos alvos.
2. Os jogadores começam a corrida andando de bicicleta, depois passam para o trem, para o carro e finalmente para o avião.
3. Cada jogador, na sua vez, gira o clipe no alvo de velocidade do veículo que está usando e, com seu botão, anda pela pista o número de casas sorteado.
4. Ganha o jogo quem tiver mais sorte e, de avião, pousar primeiro no aeroporto. Boa viagem!

CHEGADA

Você venceu!



ALVO DA BICICLETA



ALVO DO TREM

